



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais –
FAJS
Curso de Relações Internacionais

JULIANA PASCOAL VIEGAS

MODA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UM ESTUDO DE CASO
DO PROJETO “INICIATIVA PARA UMA MODA ÉTICA”

Brasília
2017

JULIANA PASCOAL VIEGAS

**MODA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UM ESTUDO DE CASO
DO PROJETO “INICIATIVA PARA UMA MODA ÉTICA”**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Profa. Raquel Boing Marinucci.

**Brasília
2017**

JULIANA PASCOAL VIEGAS

**MODA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UM ESTUDO DE CASO
DO PROJETO “INICIATIVA PARA UMA MODA ÉTICA”**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Profa. Raquel Boing Marinucci.

Brasília, _____ de _____ de 2017.

Banca Examinadora

Raquel Boing Marinucci
Profa. Orientadora

Prof. Examinador

Prof. Examinador

RESUMO

O presente trabalho se propõe compreender a inserção da mulher no mercado de trabalho mundial, sob a ótica de um estudo de caso, o projeto Iniciativa para uma moda ética. Este que tem apoio das Nações Unidas e da Organização Mundial do Comércio a finalidade de conectar micro artesãos, a maioria mulheres, de países em desenvolvimento a grandes marcas de moda, envolvendo questões de comércio justo, moda ética e moda sustentável. Assim, o presente trabalho pretende analisar, através de plataformas de monitoramento, se de fato o lema do projeto “Não é caridade, é trabalho” tem efetividade quanto ao benefício mútuo. Além disso, julga-se necessário relacionar os campos de estudos de moda e relações internacionais, a fim de mostrar a importância da indústria da moda para a economia mundial, através de dados mercadológicos, e de como esse tipo de comércio influencia nos aspectos sociais.

Palavras-chave: Moda ética. Mulher. Mercado de trabalho. Comércio justo.

ABSTRACT

The present study looks to understand the insertion of women in the labor market under the perspective of a case study, the Initiative for an Ethic Fashion project, which has the support of the United Nation and of the World Trade Organization. The purpose of the project is to connect craftsmen, mostly women, of developing countries to major fashion brands, involving issues of fair trade, ethic fashion, and sustainable fashion. Thus, the present work intends to analyze, through the monitoring platforms, if in fact the project's slogan "It's not charity, it's work" has effectiveness in relation to the mutual benefit. Furthermore, it is considered important to relate the fields of study of Fashion and International Relations, through market data, and of how this type of trade influences social aspects.

Keywords. Ethical fashion. Woman. Labour market. Fair trade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Cadeia de produção da indústria da moda.....	16
Figura 2 –	Total do comércio têxtil e de vestuário.....	17
Figura 3 –	Princípios de empoderamento das mulheres no cenário brasileiro	23
Figura 4 –	Etiqueta da plataforma <i>R/SE</i>	38
Figura 5 –	Mapa da localização das comunidades artesãs envolvidas na coleção Primavera/Verão 2017 da Viviane Westwood.....	39
Figura 6 –	Modelos de bolsas para coleção primavera/verão 2017 da Viviane Westwood.....	40
Figura 7 –	Artesãos participantes da coleção de primavera/verão 2017 da Viviane Westwood.....	42
Figura 8 –	Mapa interativo com os tipos de produtos fabricados pelo projeto.....	44
Figura 9 –	Mapa com o rastreamento do tecido de algodão feito à mão em Burkina Faso.....	45
Figura 10 –	Dez princípios do comércio justo.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT	- Associação Brasileira da Indústria Têxtil
Art.	- Artigo
BM	- Banco Mundial
DH DU	- Declaração Universal dos Direitos Humanos
EUA	- Estados Unidos da América
ICT	- <i>International Trade Center</i>
IPME	- Iniciativa Para uma Moda Ética
ODS	- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMC	- Organização Mundial do Comércio
OMCJ	- Organização Mundial de Comércio Justo
ONU	- Organização das Nações Unidas
PIB	- Produto Interno Bruto
SECO	- Secretaria de Estado dos Assuntos Econômicos da Suíça
WEPS	- <i>Women's Empowerment Principles</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – MODA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
1.1 A trajetória histórica da moda no período entre guerras	12
1.2 A influência da indústria da moda no mercado mundial.....	15
CAPÍTULO 2 – INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	19
2.1 Reflexões teóricas a partir das desigualdades de gênero	20
2.2 Os efeitos da globalização no mercado mundial	26
2.3 Proteção internacional aos direitos da mulher e seus aspectos sociais .	31
CAPÍTULO 3 – PROJETO “INICIATIVA PARA UMA MODA ÉTICA”	35
3.1 O projeto.....	36
3.2 Comércio justo.....	52
3.3 Moda sustentável.....	55
3.4 Moda ética	58
CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

A esfera econômica mundial passou por transformações durante a passagem do século XX para o XXI que influenciaram o mercado da moda e o processo de expansão da participação feminina no mundo. Mediante esse contexto, o presente trabalho de conclusão de curso trará um estudo de caso que engloba o papel da moda nas relações internacionais através de um projeto que visa a inserção de comunidades pobres, a maioria mulheres, no mercado de trabalho mundial.

O nome do projeto aqui estudado é “Iniciativa para uma moda ética” (IPME), fundado pelo Centro de Comércio Internacional (ITC) em 2009 e elaborado com base num modelo de benefício mútuo, que pretende apoiar comunidades de países em desenvolvimento, ligando micro produtores e artesãos à grandes casas de moda e seus distribuidores, tendo em vista o projeto como catalizador de desenvolvimento através da cooperação.

Considerando-se a moda e as Relações Internacionais como dois campos de estudo distintos, com teorias e enfoques que se divergem, o trabalho se inicia mostrando o quanto eles podem se relacionar. O primeiro capítulo trará essa discussão da moda e relações internacionais, primeiramente através do contexto histórico do período entre guerras, importante para se compreender a evolução do papel da moda na sociedade, razão pelo qual povoados de países como Mali, Quênia, Burkina Faso, Camboja, Etiópia, Gana e Haiti estão longe dos mercados de moda de Paris, Milão, Nova York ou Londres. Em seguida, o capítulo inicial abordará como essa indústria é ampla e geradora de capital, impactando economicamente o mercado mundial e dando oportunidade de emprego para muitas pessoas.

O período do pós guerra trouxe consigo certo aumento do gênero feminino quanto a inserção no mercado de trabalho, pois a mulher teve que assumir o lugar de trabalho do homem em prol da defasagem de mão de obra masculina demandada. Assim, através da satisfação da lei do mercado e da luta por direitos iguais, o capítulo dois aborda a inserção da mulher no mercado de trabalho. A teoria escolhida para compreender essa realidade foi com a teoria feminista, a partir das desigualdades de gênero sempre tão presentes em nossa sociedade.

Os efeitos da globalização atingem as mulheres de forma diferenciada aos homens, assim como chega diferentemente a países desenvolvidos e os em desenvolvimento. É por essa razão que o capítulo dois traz não só a questão da mulher no mercado de trabalho, mas também o contexto econômico em que ela se insere, importante para se compreender o direito adquirido da proteção internacional da mulher como conquista do gênero, cada vez mais engajado em prol da igualdade.

Nesse sentido, mediante a perspectiva capitalista das mudanças ocorridas nas economias globais, serão demonstrados no capítulo três, alguns desafios que devem ser enfrentados para a efetiva atuação desse projeto nos países menos desenvolvidos. Serão explanados nesse capítulo informações coerentes ao projeto em si, bem como quem são os atores envolvidos no processo de produção e de que forma se dá a oportunidade de trabalho oferecida. O trabalho envolve os seguintes questionamentos: É oferecida alguma capacitação aos artesãos? Como podemos saber se eles estão mesmo recebendo por suas horas trabalhadas? O projeto tem impactado em suas vidas de forma positiva ou negativa?

Algumas dessas perguntas serão respondidas através de uma plataforma de fiscalização chamada *Rise*, que é disponibilizada no site oficial do projeto. Além de um mapa que rastreia todo o caminho percorrido pela produção dos artesãos, a plataforma disponibiliza relatórios de todas as coleções confeccionadas. Assim, no capítulo três será feito a análise dos relatórios disponíveis para, então, avaliar o impacto do projeto na vida das pessoas participantes, em especial às mulheres. Não se trata somente do estudo de caso de um projeto inovador, mas sim da preocupação em entender os mecanismos de produção para verificar está mesmo ocorrendo o empoderamento de quem está envolvido ou se só o projeto sai beneficiado.

Como a proposta do IPME é voltada para países em desenvolvimento, o pouco que os participantes ganhassem, já seria muito, mas não é esse o lema do projeto. Se trata de um trabalho com salário e condições dignas de trabalho. Sendo assim, o último capítulo fará a ligação do fenômeno da globalização com a prática de uma moda ética e sustentável, desafiadores para o projeto.

O objetivo aqui proposto vai além da primeira impressão lógica das implicações inerentes do sistema capitalista. O foco aqui estudado não será o do

mercado de trabalho que visa o lucro, mas sim daquele que valoriza o bem estar do ser humano, em especial as mulheres.

A importância de ter um estudo de caso voltado ao empoderamento do gênero feminino nos faz pensar em que direção a sociedade civil tem caminhado, de como o gênero feminino vem conquistando seu espaço como chefe, e não mais como mãe e dona de casa. Além disso, envolver moda é pessoalmente, algo extraordinário, pois geralmente se vê essa indústria como fútil e que segue tendências aleatórias, diferente dos dados e reflexões que aqui trarei.

Assim, através da moda e relações internacionais, será possível fazer o estudo do projeto IPME com foco na inserção da mulher no mercado de trabalho internacional, mostrando como a cooperação de diversos atores pode resultar na criação de um projeto que impacta na vida de famílias de países em desenvolvimento. Além disso, de como o capitalismo que rege o mercado, pode trazer consigo ideais de comércio justo, ético e sustentável.

CAPÍTULO 1 – MODA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A moda, como um setor amplo e estruturado, antagonicamente associa dois polos: o desejo de criar e inovar, bem como a necessidade de produzir. Para tanto, torna-se essencial à compreensão da história do mercado da moda, a fim de se compreender a influência da indústria têxtil no mercado mundial, desde o início da Revolução Industrial até a contemporaneidade.

Sabe-se que o campo de estudo da Moda e das Relações Internacionais são diferentemente compreendidos em suas respectivas áreas, dificultando para a existência de produções acadêmicas que demonstrem a relação que há entre eles. No sentido bidirecional, os fluxos são eminentes tanto das Relações Internacionais influenciar na moda, quanto da indústria da moda no campo das Relações Internacionais.

Historicamente, é possível observar que a questão da moda sempre esteve agregada às pessoas de alto padrão econômico, e que ao longo do tempo, passou a ditar regras e comportamentos que influenciaram a sociedade por completo. As pessoas poderiam, por exemplo, ser identificadas onde estavam localizadas na sociedade através de suas vestimentas (muitos ainda pensam assim nos dias de hoje). Assim, a dinâmica industrial da moda vai ditar as regras conforme as tendências determinadas pelos acontecimentos de âmbito global, como os impactos da Primeira e da Segunda Guerra para a indústria da moda bem como para o papel da mulher no mercado.

De fato, além de todo o arcabouço histórico de como a moda influencia os aspectos sociológicos, é surpreendente a relevância deste mercado para com a economia mundial, que permeia pela utilização das matérias primas necessárias para se chegar ao produto final adquirido pelo consumidor, através da criação de inúmeros empregos geradores de força produtiva.

Notando-se a necessidade de observar um crescimento empírico do mercado da moda atuante na manufatura e comercialização a partir de uma cadeia produtiva hábil, faz-se notório a carência de fontes acadêmicas que discutam a necessidade e importância geradas pelo setor.

Ainda, tratando Relações Internacionais como um campo multidisciplinar, a integração das disciplinas preocupadas com o entendimento e seguimento das relações internacionais, possibilita que se discuta moda, empoderamento da mulher, redução da pobreza e trabalho ético, num mesmo texto acadêmico, como no trabalho aqui presente, contribuindo para o avanço do conhecimento científico do campo.

1.1 A trajetória histórica da moda no período entre guerras

A moda está atrelada ao fenômeno cultural e/ou social que acompanha uma tendência. Há, nesse sentido, o entendimento sobre o passado da moda para que se possa compreender, através das influências que originaram a dinâmica desse mercado, como ela se dá hoje.

Boudot (2002) explica que desde o início do século XX as indústrias de moda de luxo são dominadas pela França, consolidadas devido à ausência de políticas suntuárias. Dentre os anos de 1878, 1889 e 1900, as indústrias utilizam das grandes exposições universais organizadas em Paris como vitrine para o mundo.

A partir dos primeiros anos do século XX, a indústria de criação de moda de Paris foi segmentada entre a alta-costura, que compila a criação sob medida, e a confecção, responsável pelas produções em série. Do início desse século até os anos 60, o progresso da moda é insociável por essa alta-costura criada para as elites da época. Então, somente após a Segunda Guerra Mundial, que o modo de se vestir deixou de identificar o tipo de trabalho que o indivíduo exercia.

Surge por volta dos anos 1960, em meio a tempos de crise, uma nova vertente da história do vestuário contemporâneo: a *prêt à être porté*. Boudot (2002) traz o significado de *prêt à être porté*, como pronto para vestir, é o segmento semelhante ao modelo dos Estados Unidos da América (EUA): *ready-to wear*, e ganha espaço entre a alta-costura e a confecção. Se trata de um esforço de otimizar a produção industrial após a Segunda Guerra mundial, como a produção das roupas em escala industrial, fazendo com que a produção das peças, que antes eram feitas

sob medida, passasse a ser confeccionadas mais rapidamente e com um menor custo.

Boudot (2002) traz ainda o histórico pós guerras, a partir dos anos 1950, momento no qual a moda sofre a maior mudança que a história do vestuário já conheceu. Ainda dependente do arbítrio da alta-costura, a confecção passa a viabilizar o acesso das massas às criações da moda do momento. O consumo popular ainda não possui seu próprio espaço, já que o progresso desconhecido na vida cotidiana de operários ou camponeses oferece pouco estímulo às variações no vestuário.

De 1960 a 1970 a moda passa a ser heterogênea e atrelada à cultura. As roupas que antes pertenciam às classes operárias e camponesas são redescobertas. Há o aparecimento de um grupo conhecido como jovens criadores ou criadores de moda, responsáveis pela ascensão da moda jovem (ORTIZ, 1994).

Desta forma, o *prêt à porter* passa a ganhar o mercado mundial com seus preços mais acessíveis e peças confeccionadas num menor tempo. Atualmente podemos exemplificar marcas deste segmento como Versace, Dolce & Gabbana, Prada, Gucci, Stella McCartney e Givenchy, que são consideradas do segmento *prêt à porter* porém ainda assim, possuem o valor elevado para a maioria da população.

As transformações sociais e políticas vividas na época tiveram impacto em diversos setores, inclusive na moda. Boudot (2002) indica que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocasionou perdas que conduziram as mulheres a tomar na sociedade posições que antes eram ocupadas por homens, fazendo com que a mudança do cenário das atividades influenciasse na produção de roupas para atender as novas demandas da sociedade. Logo mais afrente, o aumento do custo das matérias-primas e das tarifas, a costura à mão perde espaço no cenário da indústria têxtil e dá lugar as tecnologias.

É então, a partir dos anos 1980, que as autênticas herdeiras da fabricação têxtil europeia do início do século XXI, as “marcas conceitos”, surgem e se desenvolvem atreladas a um estilo de vida baseada no avanço tecnológico e na modernidade.

Ortiz (1994) exemplifica o efeito do consumo advindo das transformações tecnológicas através da criação da calça jeans:

Inventado por Levi Strauss, um judeu da Baviera, o jeans era uma calça resistente, feita de denim, tecido originário de Nîmes (França), pintado com índigo. Nada de especial existia nessa vestimenta de trabalho. Ela atendia a demanda de um mercado pouco sofisticado, e sua única qualidade era resistir por mais tempo ao uso e as intempéries. No entanto, por volta da década de 30, o jeans adquire uma outra conotação. Ele é descoberto pela moda dos *duke ranch* que revaloriza o Oeste. Americanos ricos, citadinos, começam a comprar ranchos como residência secundária. Durante suas férias eles querem “viver a aventura do oeste”, adotando, simbolicamente, os costumes populares. A firma Levi Straus Co. aproveita esta onda mercadológica para remarcar seu produto. Patrocina rodeios, distribui prêmios entre os campeões de montaria, e agora, uma “autêntica” camisa faroeste acompanha suas calças tradicionais. Em 1935 a revista *Vogue* traz a seguinte publicidade: “O verdadeiro chic do oeste foi inventado pelos vaqueiros, se você se esquecer deste princípio, estará perdido”. (ORTIZ, 1994, p. 114 – 115)

Assim, uma peça de roupa que antes que era considerada característica de um trabalhador, configurando simplicidade, transformou-se em um sinal de diferenciação marcado pela sociedade de consumo que emerge com a era da tecnologia e da modernidade.

Essa realidade da nova conjuntura tecnológica é fruto da estrutura capitalista, desenvolvido por Wallerstein (1974) pela teoria do “sistema-mundo”, em que a divisão internacional do trabalho resulta na divisão do mundo por países centrais, periféricos e semiperiféricos. Nessa perspectiva, os países do centro são responsáveis pela produção de alto valor agregado da produção, enquanto os periféricos fornecem produtos básicos como matéria prima e *commodities*. Como dito pelo autor:

A marca do mundo moderno é a imaginação dos seus beneficiários e a contra-afirmação dos oprimidos. A exploração e a recusa em aceitar a exploração como inevitável ou justa constituem a perene antinomia da era moderna, unidas numa dialética que está longe de alcançar seu máximo no século XX. (WALLERSTEIN, 1974, p. 346).

Logo, as mudanças ocorridas na história da indústria da moda ao longo do tempo foram reflexos das transformações do mercado mundial, influenciadas pela economia capitalista que visa o lucro, e conseqüentemente, a exploração.

1.2 A influência da indústria da moda no mercado mundial

Além do histórico de segregação social causado pela indústria da moda, para se compreender ainda melhor a relação desse mercado com o campo de estudo das Relações Internacionais, faz-se necessário a investigação quanto a dados que representem a preponderância desta indústria no cenário nacional e internacional.

A movimentação do mercado da moda está cada vez mais atrelada ao setor da economia, empregando diversos profissionais que passam pelos processos de confecção até que o produto como resultado final chegue as lojas e passarelas dos *fashion weeks*.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), uma das mais importantes entidades dentre os setores econômicos do Brasil, a força produtiva do mercado têxtil é de 33 mil empresas de todos os portes instaladas por todo o território nacional, que empregam mais de 1,6 milhão de trabalhadores e geram, juntas, um faturamento anual de US\$ 53,6 bilhões.

Já de acordo com a *FashionUnited*, plataforma independente de moda B2B internacional, o mercado global de vestuário está avaliado em 3,3 trilhões de dólares ao ano e é responsável por 2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. A *FashionUnited* apresenta ainda alguns dados mundiais que chamam a atenção: a indústria de moda feminina é avaliada em 621 bilhões de dólares e a masculina em 402 bilhões de dólares por ano, as roupas de criança possuem o valor de varejo global de 186 bilhões, enquanto a indústria de calçados esportivos chega a 90,4 bilhões de dólares por ano. Alguns desses exemplos mostram que a indústria da moda inclui várias subindústrias que se relacionam entre si.

Portanto, a cadeia de produção da indústria da moda, vista como “conjunto de atividades (elos) que se articulam progressivamente [...], incluindo básicos, bens de capital, bens intermediários, distribuição e comercialização” (BRASIL, 2017), tem como resultado uma rede de atividades interdependentes, sendo os mercados internacionais os responsáveis por ditar as tendências das atividades produtivas têxteis e das confecções. Logo:

Em nível global, a cadeia produtiva da moda é um sistema que apresenta certas singularidades abrangendo cinco elos: (a) fiação; (b) tecelagem; (c) beneficiamento; (d) confecção; (e) mercado. O esquema subsequente (sic) [...] representa uma visão sinóptica das diferentes fases que constituem a cadeia produtiva em questão, da fibra à distribuição do produto final. Transversalmente operam, ao mesmo tempo, os serviços de suporte como o mecânico-têxtil e serviços intermediários como os fornecedores de equipamentos; a produção de softwares; editoras especializadas; feiras de moda; agências de publicidade e comunicação; estúdios de criação em design de moda e funções corporativas (marketing, finanças, marcas, entre outras) (RECH, 2006, p. 115).

Assim, a variedade dos serviços envolvidos caracteriza a cadeia produtiva da moda como homogênea, já que o porte das empresas que a compõem inclui desde grandes empresas de caráter transnacional até pequenas oficinas de costura.

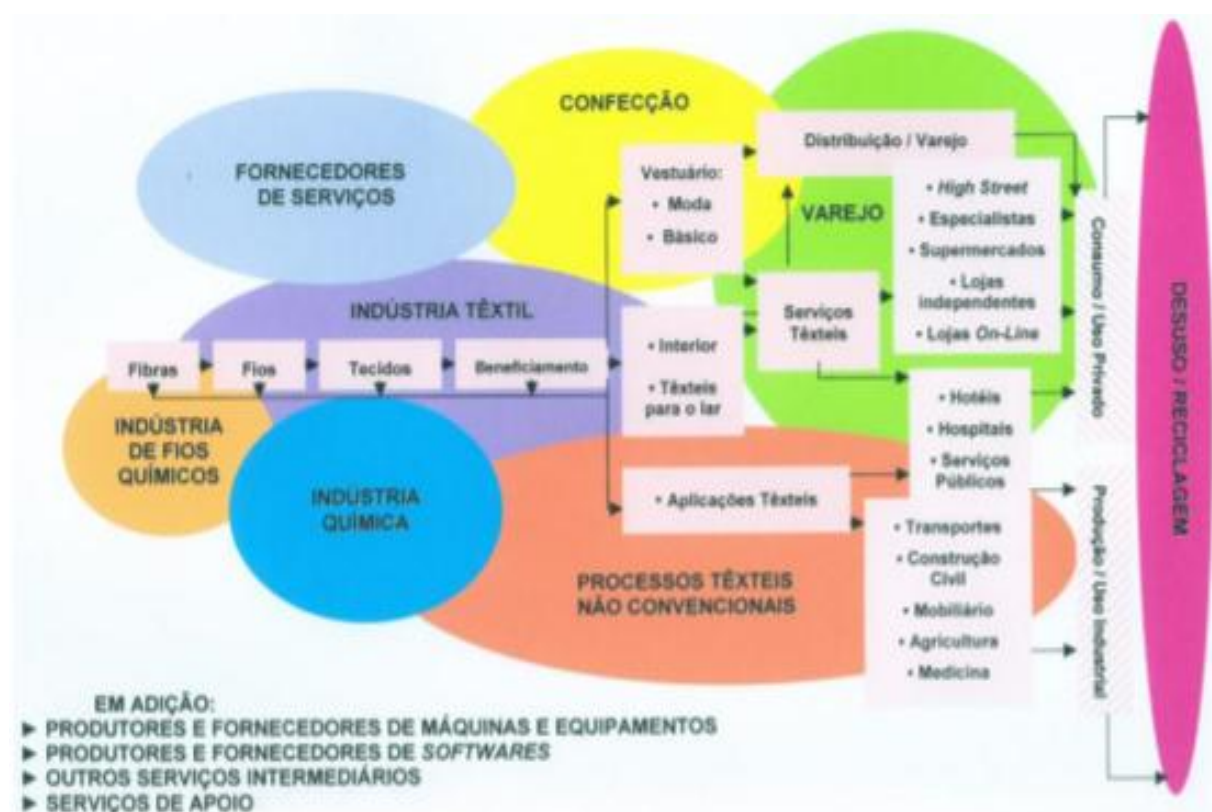


Figura 1 – Cadeia de produção da indústria da moda.

Fonte: EURATEX (2004 apud RECH, 2006, p. 70).

Como mostra a figura acima, a cadeia de produção da indústria da moda engloba desde a mais simples matéria-prima até o descarte do produto. Esse processo de fabricação inclui: a indústria química, a indústria de fios químicos, a indústria têxtil (fibras, fios, tecidos), os processos têxteis não convencionais, a confecção do vestuário, o varejo e suas formas de venda do produto, os produtores e fornecedores de máquinas/equipamentos/software, serviços de apoio, marketing e propaganda, e por fim, o desuso e reciclagem do produto.

Sendo uma subindústria dependente da outra a fim de se obter o produto final, pode-se pressupor a alta movimentação dessa indústria no sentido a oferecer oportunidades de emprego para as pessoas.

Tabela 1 – Evolução de vagas de emprego na indústria da moda, em milhões.

Item	Ano			
	1990	1995	2000	2014
Confecção de vestuário	14.5	13.1	13.0	24.8
Têxteis	19,7	16,8	13,5	33
Têxteis e vestuário	34,2	29,9	26,5	57,8

Fonte: Adaptado de Fashion United (s. d.).

Há, nesse sentido, um aumento exponencial de pessoas empregadas pela indústria da moda, envolvendo as subindústrias do tecido e da confecção. Parte-se, portanto, com o normativo de que esse tipo de negócio engloba uma cadeia de produção extensa e de que ela é composta por crescentes oportunidades de emprego ao redor do mundo.

Para se alcançar eficiência e produtividade no modelo de negócio internacional com uma elevada rentabilidade, a cadeia de produção deve inovar seus produtos de acordo com a demanda solicitada por seus consumidores.

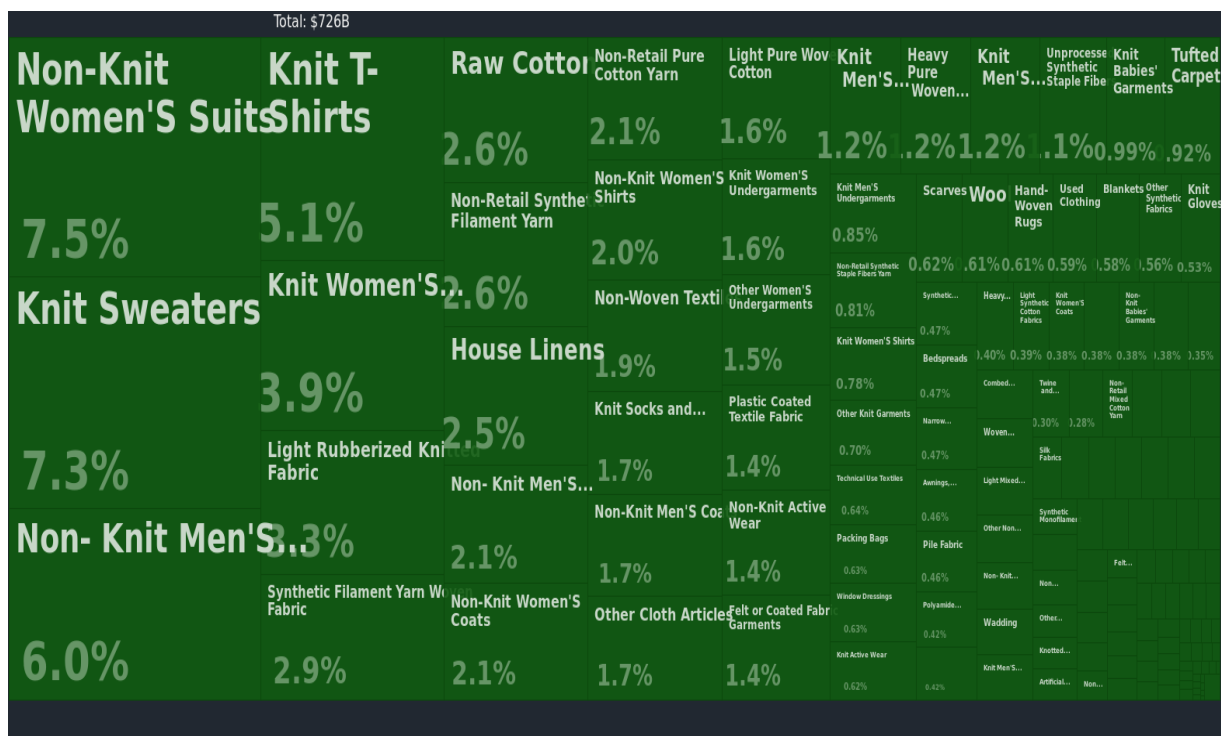


Figura 2 – Total do comércio têxtil e de vestuário.

Fonte: Fashion United (s. d.).

Neste cenário, podemos caracterizar o mercado da moda cada vez mais abrangente e competitivo, movimentando 726 bilhões de dólares por ano somente pelo comércio da indústria têxtil e de confecção.

Influenciado pela determinação de novos hábitos e desejos criados todos os dias pelas camadas sociais, o tratamento da moda como campo da ciência é de suma importância, visto que não se trata somente de um segmento da estética ou design, como luxo, mas é um setor de cadeia produtiva que movimenta milhares de empregos e tecnologias. Trata-se de um setor industrial promissor na economia mundial.

CAPÍTULO 2 – INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Durante a história da humanidade, o papel social da mulher foi visto por muito tempo – pensamento que ainda permanece para alguns – como detentora da exclusiva função de ser filha, esposa e mãe, marcados pela subordinação opressora ligada ao gênero feminino. Ter a mulher como força produtiva no mercado mundial determina sua inserção no mercado de trabalho através da conquista do gênero em ter seus direitos garantidos.

A Primeira e a Segunda Guerra Mundial marcaram não só a trajetória histórica da moda, como já vimos, mas também a participação da mulher no mercado de trabalho. Deste modo, a percepção do papel do gênero feminino como força produtiva no mercado mundial é de suma importância para esse estudo, já que o projeto aqui abordado, “Iniciativa Para uma Moda Ética” (IPME), beneficia mulheres de países em desenvolvimento.

Diante disso, o presente capítulo terá como objeto de estudo, a evolução da mulher no mercado de trabalho, observando-se as reflexões teóricas a partir das desigualdades de gênero, passando por breves fatos históricos, e ainda, quais são os efeitos da globalização como impacto no mercado mundial.

Observa-se, portanto, o capitalismo como sistema econômico que rege a força masculina dominante concentrada na busca do poder, contraposto pela luta da mulher em conquistar seu lugar na dominação do capital simbólico do mercado.

Nesse sentido, *a posteriori*, há de se analisar o slogan do projeto “Não é caridade. É trabalho”, analisando em que medida há o empoderamento das mulheres participantes através da efetiva inserção no mercado de trabalho. Para que possamos fazer tal análise no capítulo três, utilizaremos esse capítulo de forma reflexiva, para tratar de assuntos que mais afrente irão contribuir na busca de respostas. O benefício mútuo que é proposto pelo projeto consegue ser atingido? As mulheres participantes são de fato favorecidas? Qual é o impacto do projeto na vida delas e de suas famílias?

2.1 Reflexões teóricas a partir das desigualdades de gênero

O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho é perceptível desde o século anterior. Os papéis de gênero e dessa divisão sexual do trabalho, que estamos tratando, é conceituado pela cartilha oficial global dos *Women's Empowerment Principles* (WEPs), da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres (2017), por referir-se à:

Divisão dos trabalhos em produtivos e reprodutivos, os quais são definidos com base nos papéis diferenciados atribuídos a homens e mulheres em cada sociedade. Em geral, cabe às mulheres o cuidado com a família e a realização das tarefas domésticas, atividades que constituem trabalho reprodutivo. O papel principal dos homens está vinculado à atividade econômica ou à atividade “produtiva” e eles são definidos como os “provedores” da família. O trabalho produtivo é valorizado, por ser remunerado. O trabalho reprodutivo não tem remuneração e é percebido como “natural”, não sendo reconhecido em sua importância e valor. Por essas razões, a divisão sexual do trabalho é hierárquica, deixando as mulheres em situação de subordinação em relação aos homens.

A trajetória histórica percorrida até hoje, seja na moda ou em qualquer outra área de atuação profissional, é embutida por mudanças que têm transformado radicalmente a natureza e qualidade do trabalho das mulheres em torno do mundo. Harley (2007) acredita que estas mudanças nunca operam de maneira uniforme, nem são recebidas ou aplicadas uniformemente, ocasionando uma ampla gama de respostas econômicas e culturais.

Com o fim das Grandes Guerras, muitas mulheres precisaram assumir posições no mercado de trabalho que antes eram executadas por homens, na maioria das vezes por seus maridos que morreram guerreando. O cenário da época, marcado pelo significativo crescimento da indústria e pela ausência de mão de obra, propiciou a oportunidade para que a mulher do lar passasse a ser mulher operária, aberta ao mercado de trabalho.

As relações de gênero estão presentes em todas as esferas sociais, como dito por Miguel e Biroli (2014, p. 25):

O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. Onde há desigualdades que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e homens – ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade.

Deste modo, através do histórico já explanado, identificamos que a questão da desigualdade de gênero na inserção do mercado de trabalho sempre esteve presente, e perdura até hoje. Ora, para compreendermos a disparidade que os gêneros enfrentam, precisamos aprofundar quanto sua conceituação teórica.

A escola feminista, estudada no campo das Relações Internacionais, argumenta que as diferenças de gênero são materializadas numa oposição hierárquica que posiciona o homem como padrão ou norma, naturalizando a subordinação das mulheres e eliminando sua significância política na esfera privada. Segundo Tickner (2012), Spike Peterson reafirma esse pensamento dizendo que, embora o princípio da igualdade esteja consagrado na elaboração de instrumentos de direitos humanos, na prática, os direitos das mulheres são subordinados. A vulnerabilidade das mulheres para exploração econômica é universal.

Tal disparidade das relações de gênero assimétricas e hierárquicas é tratada por Bourdieu (2007) sendo a afirmação da dominação masculina como incorporada ao ser humano, já desde o nascimento, tendo o sexo como o ponto que define os seres dominados e os seres dominantes. A eficácia da manifestação da ordem masculina é explicada devido à integração dos dominados sem ter a consciência de sua própria dominação. O autor instiga o movimento feminista não somente pela luta de dominação que propõe quebrar paradigmas, mas incita ações políticas que combatam as estruturas de instituições que realizam e se produzem tanto na ordem masculina, como na social. Bourdieu (2007) ainda afirma que a dominação masculina está orientada ao nosso inconsciente e nas formas mais simples de organização do pensamento e da linguagem, já que as relações de gênero estão diretamente ligadas às diretrizes de dominação e poder.

É importante ressaltar que a atenção do feminismo é para o gênero e não simplesmente para a mulher. Para Zalewski (1995), o gênero pode ser definido como categorias construídas social e culturalmente sobre a masculinidade e a feminilidade, e a ênfase na construção natural dessas categorias significa que não

há nada natural, inerente ou biologicamente inevitável sobre os atributos, atividades e comportamentos que são definidos como masculinos ou femininos. Para se pensar sobre o gênero devemos falar sobre as crenças das diferenças de gênero. Afinal, de acordo com Barbieri (1993, p. 04), a categoria gênero é definida como o reconhecimento “[...] de uma dimensão da desigualdade social até então não trabalhada, subsumida na dimensão econômica, seja nas teorias das classes ou nas teorias da estratificação social”, ou seja, relações sociais que se dão de forma desigual, concedendo qual é o papel do homem e qual é o da mulher.

Observa-se, portanto, que as abordagens teóricas propostas pelo campo das Relações Internacionais quanto às teorias de gênero, desafia os pressupostos ontológicos que dominam tradicionalmente o campo – o homem como principal agente detentor de poder através do Estado, ator central da política internacional. Pois, o movimento feminista tem a igualdade como bandeira fundamental, sendo a igualdade de direitos embasada na afirmação de que homens e mulheres são iguais em sua humanidade.

A sub-representação das mulheres nos cargos de alto escalão na carreira militar, diplomática e acadêmica é dita por Tickner (2012), que explica por meio de três razões principais: a tendência que as questões prioritárias no campo de Relações Internacionais possuem de serem definidos em linguagem que caracteriza uma identidade não-feminina; a visão de algumas das mulheres serem vistas como mais aptas a lidar com “questões domésticas e privadas” do que se dedicar a outras habilidades públicas; e a crença de que a disciplina de Relações Internacionais e o estudo acadêmico do mesmo se faz pouco atraente e inóspito para as mulheres. Não há a negação do poder como dominação ser uma realidade desse campo de estudo, mas considera que há instâncias de cooperação que tendem a ser obscurecidas quando o poder é visto apenas como dominação.

Não tratemos, ainda, dessa sub-representação somente em cargos isolados, como o da inserção da mulher no campo de Relações Internacionais, pois já como foi dito, essa diferenciação de gênero está presente em praticamente todas as áreas de trabalho no mercado mundial, indicando que somente as tarefas tradicionais de ser mãe e dona de casa são de fato pertencentes ao gênero feminino.

O impacto decorrente das desigualdades aqui citadas, acarreta numa menor presença de mulheres no mercado de trabalho, não só do Brasil, mas principalmente do mercado internacional. Havendo, nesse sentido, a causa do impacto das disparidades sendo não só pela falta de oportunidade das partes, que atinge diretamente a economia, mas também por sintomas cujo alcance social é muito mais amplo e profundo.

Com a iniciativa da ONU Mulheres, a cartilha oficial global dos WEPS (ONU Mulheres 2017) foi elaborada para mostrar os princípios adequados para que haja o empoderamento das mulheres em todo esse cenário de desigualdades. No contexto do Brasil, são recomendados sete princípios:

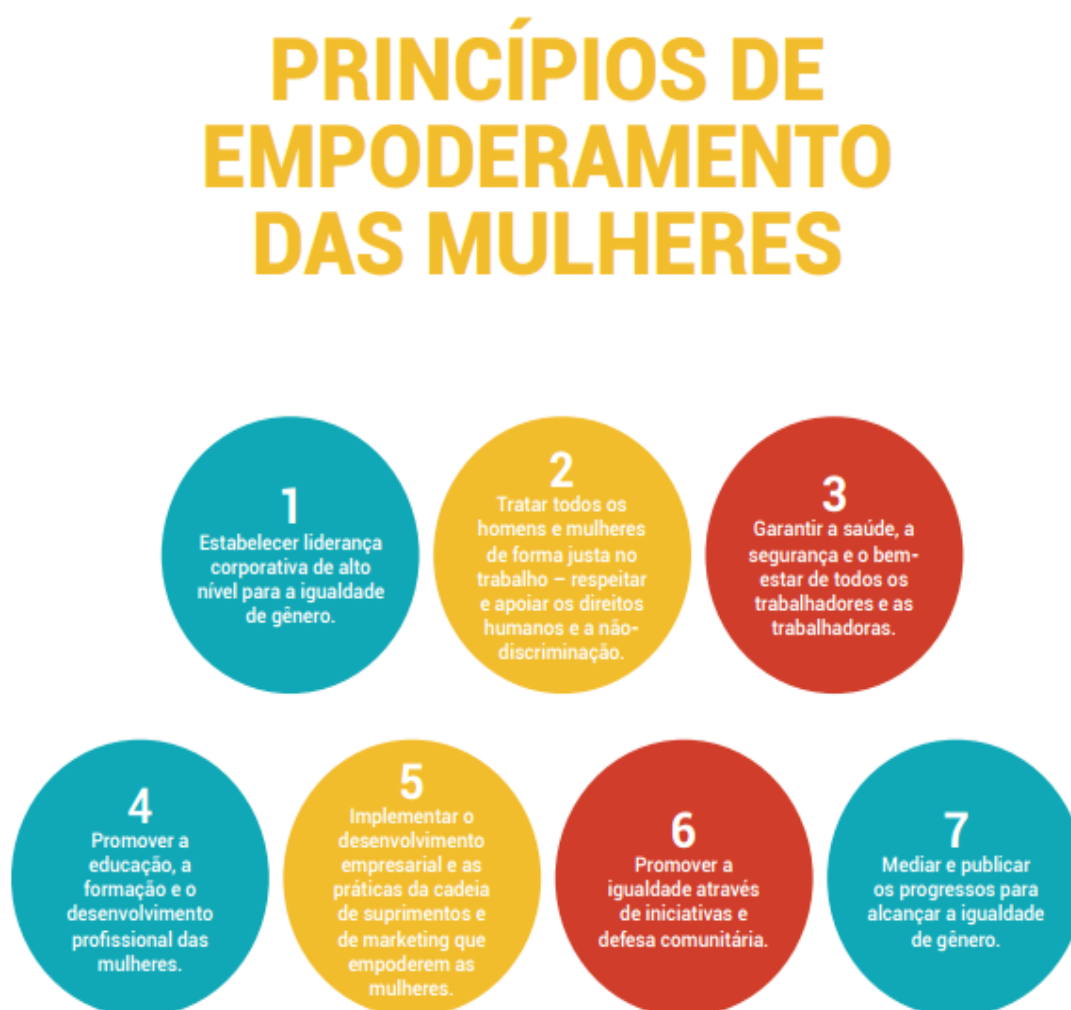


Figura 3 - Princípios de empoderamento das mulheres no cenário brasileiro

Fonte: ONU Mulheres (2017).

Para que haja o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, fazendo com que elas participem de todos os setores econômicos e em todos os níveis de atividade, a cartilha oficial global dos WEPs (ONU Mulheres, 2017) acredita ser necessário o empoderamento das mulheres para que as empresas e economias mudem em prol da igualdade de gênero, construindo “economias fortes, sociedades mais estáveis e justas; atingindo os objetivos de desenvolvimento, sustentabilidade e direitos humanos internacionalmente reconhecidos; melhorando a qualidade de vida para as mulheres, homens, famílias e comunidades; e impulsionando as operações e as metas dos negócios”.

De acordo com a cartilha oficial global dos WEPs (ONU Mulheres, 2017), empoderar é:

Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente.

O estudo de caso proposto por esse trabalho, IPME, visa o trabalho de designers, principalmente de mulheres, de países em desenvolvimento a fim de promover talentos da moda local e incentivar a criação de empregos, atualmente tendo a África como foco principal. Portanto, estamos tratando do empoderamento de mulheres, negras em situação de pobreza.

Nesse sentido, podemos afunilar ainda mais o estudo da inserção da mulher no mercado de trabalho, referindo-se a análise do posicionamento da mulher negra no mercado mundial. Miguel e Biroli (2014, p. 30) destacam que:

O feminismo negro permitiu avançar na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades justamente ao exigir que a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens não correspondesse a um silêncio sobre as mulheres que compartilham, com os homens que estão na base da pirâmide social, as desvantagens decorrentes de sua posição de raça e de classe.

Assim, a luta das mulheres pelas mesmas oportunidades dos homens envolve também questões de raça e de classe social. Para Miguel e Biroli (2014), há dois extremos que determinam a renda dos indivíduos: os homens brancos e as mulheres negras, sendo a dos primeiros quase três vezes maior que a das últimas e ainda, apresentando o dado de que a renda média das mulheres negras é 44% menor que a das mulheres brancas. Assim confere dizer, que ser mulher negra em um país em desenvolvimento é a condição humana mais desfavorecida de oportunidades e igualdades de direitos.

A condição da mulher africana é discrepante das mulheres brancas dos países desenvolvidos, que traz consigo um espectro histórico, como tratado por Strobel (1982, p. 515), onde “o trabalho doméstico e a agricultura de subsistência sempre foram a grande maioria do trabalho das mulheres africanas”, enfatizando as funções que historicamente atribuídas a elas.

No entanto, o destaque se dá pelas diferentes funções do homem, que teve uma crescente diferenciação do gênero quanto à natureza e pagamento do trabalho realizado. As mulheres africanas puderam sentir o impacto dessa diferenciação de duas maneiras diferentes: os homens permaneceram no setor agrícola de subsistência e estavam limitados no emprego urbano e/ou emprego assalariado. Além disso, quem recebia as instruções para realizar a extensão agrícola com a introdução de culturas de rendimento em produtos primários como algodão, cacau, café e chá, era também o homem. Assim, a explicação para esta política não configura somente uma política sexista dos administradores coloniais, que sabiam que as mulheres constituíam a maioria do trabalho agrícola, mas foram também os responsáveis a entregar aos homens o emprego assalariado e o know-how. Pode-se dizer, que não se trata somente da remuneração a que são delas de direito, mas também a capacidade que o homem é capaz de oferecê-las, criando níveis da hierarquia de ocupações divergente da igualdade de gênero.

O atual subdesenvolvimento do continente africano é caracterizado por todo um contexto histórico complexo que permeia desde seu processo de colonização, até os conflitos internos. A questão primordial é que a desigualdade de gênero é presenciada na maioria das sociedades, se não em todas, mas tratando de mulher negra e sem condições financeiras, o impacto é ainda maior, englobando desigualdades sexistas, racistas e classistas.

2.2 Os efeitos da globalização no mercado mundial

Acerca do que já fora explanado, tratemos do mercado mundial não mais somente sob a ótica social, mas por uma perspectiva mercadológica, tendo a globalização como fenômeno capaz de descrever a atual conjuntura do sistema capitalista.

O fenômeno da globalização determinado pela Nova Ordem Mundial notavelmente integra as políticas sociais e econômicas dos países. Todavia, o capitalismo traz consigo aspectos positivos e negativos. Trata-se de um plano geopolítico internacional atrelado a uma crise de ética preocupada com poderes, riquezas e prestígio.

A globalização econômica consiste na integração das economias nacionais em uma economia internacional através do comércio, do investimento estrangeiro direto (por parte de corporações e multinacionais), fluxos de capital de curto prazo, fluxo internacional de trabalhadores e pessoas em geral e fluxos de tecnologia, fenômenos esses definidos e abordados de forma mais completa adiante. (BHAGWATI, 2004, p. 25).

Nesse sentido, a globalização se concentra numa disputa por grupos econômicos que têm maior poder, controle de capital e mercados, porém suas contradições abrem brechas de incerteza que constituem oportunidades para que os trabalhadores façam progredir a luta por sua emancipação.

Diferente de ter a globalização como um processo que tem colaborado para agravar as desigualdades em níveis econômicos e sociais, Cohen (2003) se convence de que a globalização da sociedade civil trouxe importantes êxitos no campo dos direitos humanos, incentivou a gênese de um direito mundial, estimulou a sensibilidade para problemas ecológicos e para o avanço da democratização de sociedades nacionais.

Diante contexto, surge uma ampla discussão sobre direitos humanos e sociais, pois emerge junto à expansão dos mercados, a percepção de que valores sociais e morais têm a necessidade de serem ampliados para todas as sociedades. Por isso, com base em Barbosa (2003, p. 12-13), pode-se afirmar que:

A globalização caracteriza-se, portanto, pela expansão dos fluxos de informações – que atingem todos os países, afetando empresas, indivíduos e movimentos sociais -, pela aceleração das transações econômicas, capitais e aplicações financeiras que ultrapassam as fronteiras nacionais – e pela crescente difusão de valores políticos, morais em escala universal.

Ainda de acordo com Barbosa (2003), globalização não significa uniformidade ou homogeneização das condições econômicas, por se tratar de um fenômeno de natureza complexa. Assim, os fluxos de informações e os valores políticos e morais, citados no trecho acima, não atingem todos os países da mesma forma.

Os ritmos e resultados distintos ressalta que o efeito da globalização amplia desigualdades e contrastes. Assim, evidenciar o desafio do capitalismo como um papel dúbio: o de promover tanto as bases do bem-estar material quanto a felicidade para toda a humanidade, ressalta a suma importância do estabelecimento de direitos e deveres da plena cidadania para todos os membros das sociedades nacionais e da sociedade global.

A África, por exemplo, continente melhor explicado por atingir o estudo de caso aqui proposto, apresenta dificuldades de suportar a concorrência de indústrias do mundo desenvolvido. Todavia, o continente tenta lidar com as mazelas da globalização, como diz Ducrocq (2004, p. 20):

A África, pronta para essa nova aventura da comunidade internacional, já resolveu cooperar com todos os povos, especialmente o G8, na reconstrução, agora em curso, das relações internacionais. Esse é todo o novo espírito da nova parceria para o desenvolvimento da África.

Mediante postura da África para tentar sobreviver a economia mundial que constantemente é confundida com a dos países desenvolvidos, nos perguntamos se a globalização e os processos econômicos agregados a ela têm de fato contribuído para o progresso dos países mais pobres.

O crescimento desordenado dos mercados está propenso a desigualdades, desencadeando inúmeros efeitos negativos na sociedade, causando a dualidade dos aspectos a favor e contra a globalização como crucial para o

enfrentamento de problemáticas que envolvam as populações mais pobres do mundo. O avanço tecnológico conjunto a redução da capacidade produtiva, por exemplo, é uma das explicações para tratar a expansão do desemprego e do emprego informal como um dos pontos negativos.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), podemos tratar o emprego como um objeto de direito inerente a todo ser humano, empregado pelo art. 23, § 1º, *in verbis*: “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.” Porém, quando posto em prática, o direito ao pleno emprego não possui efetividade.

O relatório do Panorama Social e de Empregos Mundiais, lançado recentemente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), diz que a economia global deve avançar 3,4% este ano, em 2017, e o desemprego mundial deve chegar a 201 milhões. O diretor do escritório da OIT em Nova York, Vinícius Pinheiro, citou os principais pontos do relatório em entrevista concedida à ONU News:

O relatório mostra que o desemprego mundial vai aumentar em cerca de 3 milhões de pessoas em 2017. Mas por outro lado, é importante criar novas oportunidades de emprego para as pessoas que estão entrando no mercado de trabalho. Há uma frustração muito grande em relação à performance econômica, principalmente, dos países emergentes, entre eles o Brasil e a Rússia. Mais da metade da população empregada em países em desenvolvimento está em trabalho de situação vulnerável. Além disso, cerca de 30% dos trabalhadores nos países em desenvolvimento estão em situação de pobreza, eles ganham menos de US\$ 3,20 por dia (EDGARD JUNIOR, 2017).

A falta de oportunidade de emprego nos países em desenvolvimento é um indicador do baixo desenvolvimento socioeconômico. Deste modo, utilizando-se da integração a nível mundial através dos avanços proporcionados pela relação global em diversos níveis, o projeto IPME dispõe desse fenômeno do desemprego como efeito causador da globalização, a fim de criar novas oportunidades de trabalho para mulheres africanas que desejam entrar no mercado.

Com base nesse fato, a iniciativa, que será mais explorada no capítulo seguinte, não se preocupa somente com a criação de empregos através da união de empresas africanas locais a micro produtores do mercado da moda de luxo, mas

também das condições desse trabalho que está sendo proposta. Acredita-se na mudança e melhoria de vida através da força do trabalho.

De acordo com o Centro de Comércio Internacional – órgão que trabalha em cooperação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e da Organização Mundial do Comércio (OMC), constata-se que dentre as vagas de emprego ofertadas pelo IPME, 98% são ocupadas por mulheres. Esse índice, disponibilizado num relatório do Centro de Comércio Internacional, nos surpreende, já que há uma discrepante diferença de oportunidade quanto a inserção de mulheres e homens no mercado de trabalho.

Adentrando, então, ao viés da globalização e desigualdade sexual, tratemos das interconexões causadoras desse fenômeno não sendo unicamente econômicas, mas também sociais e políticas. Molyneux (2004, p. 138) diz que não se pode ignorar a dimensão sexuada da globalização:

O gênero é uma categoria fundamental da organização social e estrutura as relações sociais, assim como as relações entre os homens e as mulheres; isso se aplica também aos processos internacionais [...] Como demonstram os estudos feministas, a guerra, o nacionalismo e o imperialismo têm todos uma dimensão sexuada.

A política mundial atual é desafiada pela competitividade e expansão das oportunidades no mercado econômico. O papel do sexo masculino e do sexo feminino, bem como de suas identidades, são de efeitos diferentes na era globalizada. Portanto, a mulher está implicada no fenômeno da globalização através de diversas formas complexas.

O Banco Mundial (BM) realizou uma pesquisa a respeito da expansão de oportunidades econômicas, baseada em dados de mulheres e homens em 20 países de todas as regiões do mundo e obteve a seguinte conclusão:

Women's ability to work for pay, which most women in the study aspired to, may be one of the most visible and game-changing events in the life of modern households and all communities. (THE WORLD BANK, 2004, p. 38).

Significa dizer que a participação das mulheres no mercado global não atinge somente o lado econômico, mas também influencia na ampliação de suas aspirações a fim de tentar conciliar o papel de serem trabalhadoras, com o de também serem mães e donas de casa. A igualdade de gênero não só garante importante papel à respeito da promoção do crescimento econômico, mas também visa os direitos básicos do ser humano.

O relatório do BM (THE WORLD BANK, 2014) apontou ainda que, comparadas aos homens, as mulheres apresentam inúmeras desvantagens no mercado de trabalho, como pela disparidade salarial em relação ao gênero e a dificuldade de se conseguir cargos elevados em setores mais rentáveis. E, ainda, que estão surgindo evidências de que programas econômicos de empoderamento da mulher podem reduzir a exposição do gênero à violência, quando se é possível alcançar a construção de uma voz feminina coletiva, ou seja, a criação de programas que incentivem a inserção de mulheres no mercado pode as encorajá-las a ter voz ativa para a conquista de seu espaço, reforçando o discurso proposto pelo Projeto aqui tratado.

É notório que a mulher, aos poucos, esteja conquistando seu lugar no mercado de trabalho, porém cabe salientar o quanto elas passam por condições de existência muito desfavoráveis do que as predestinadas aos homens. De acordo com Molineux (2004, p. 139):

Elas constituem a maioria dos seres humanos mais pobres e menos educados (3 analfabetos em 4 são mulheres); seus ofícios estão entre os mais precários e menos remunerados; um número crescente de mulheres provê inteiramente as necessidades da família, realizando trabalhos ocasionais. A participação das mulheres na renda global do planeta equivale a aproximadamente um terço dos homens.

Ora a conjuntura atual seja tendenciosa quanto ao impacto da globalização sobre as diferenças de gênero, o debate para quem a globalização beneficia, é amplo e complexo. Entretanto, não se pode negar que as políticas mundiais afetam diretamente os grupos desfavorecidos.

O projeto Iniciativa para uma moda ética trata da inserção do trabalho de mulheres africanas no mercado mundial. Logo, estamos lidando com três grupos em desvantagem: o de ser mulher, negra e de um país em desenvolvimento.

Harley (2007, p. 40) se mostra preocupada com a inserção da mulher negra no mercado mundial, como no trecho:

Lamenting the relative absence of women of color in scholarship on labor and economic practices, particularly in a global context [...] Transnational corporations profit hugely at the greatest expense of women of color

Assim a autora retrata o fato de que mesmo as corporações transnacionais lucrarem muito acima das despesas com mulheres negras, geralmente estando na parte inferior da hierarquia do trabalho global, elas são as mais dispostas a demonstrar resiliência em suas vidas diárias. Provavelmente seja porque os processos da globalização levaram as mulheres a terem que trabalhar em diversas áreas do conhecimento para continuarem sobrevivendo.

Segundo dados da OIT, citados por Barbosa (2003, p. 110), ao final do século XX cerca de 750 milhões de pessoas estavam inseridas de forma precária no mercado de trabalho mundial, sendo 30% da mão de obra mundial sem emprego ou vivendo sob péssimas condições de trabalho. Adda (2004) relembra que as conquistas sociais das sociedades industriais nesse século não foram avanços espontâneos do capitalismo, mas sim resultado de lutas sociais e de seus impactos políticos e ideológicos na sociedade.

De fato, podemos assim refletir o quão impactante foi a transição do mundo para a era globalizada, afetando diretamente relações de trabalho de homens e mulheres, mas especialmente, as mulheres.

2.3 Proteção internacional aos direitos da mulher e seus aspectos sociais

Em vinte de novembro de 2015, decorreu em Genebra, no âmbito do Fórum das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos, ocorreu um debate subordinado ao tema “Moda Sustentável – dando poder às mulheres na indústria

africana de moda”, onde o projeto Iniciativa para uma moda ética esteve presente na agenda (documentado pelo *site* Gabinete de Documentação e Direito Comparado). O objetivo central do fórum envolvia a importância de se discutir políticas e práticas empresariais sustentáveis no setor da moda para a capacitação das mulheres, bem como a monitorização dessas atividades para potenciar o respectivo impacto. Nesse sentido, torna-se de suma importância para esse estudo evidenciar o quão impactante é o aspecto social para a construção do papel da mulher no mercado de trabalho.

Sendo os movimentos sociais os responsáveis por produzirem inovações no mercado, o desenvolvimento de novas categorias como resultado da interação entre os movimentos e empresas, as identifica como responsáveis pela pobreza e exploração dos trabalhadores e do meio ambiente.

Os desafios da era capitalista, já desenvolvidos pelo aspecto da globalização, torna fundamental a criação de atores da sociedade civil como interlocutores de uma sociedade política responsiva, que faça pressão pela institucionalização da sociedade política e por mecanismos de cobrança de responsabilidade pública. É importante se forjar uma sociedade política global e regional a tornando forte no âmbito nacional, Cohen (2003, p. 452) diz que:

Poucos Estados podem fugir e resistir à pressão da mobilização internacional em torno das questões de direitos humanos, da ecologia, do trabalho e da cultura. Isso porque os atores civis têm hoje condições de mobilizar Estados e organizações regionais por meio dos processos de comunicação e pelo exercício da pressão política.

Desta forma, significa dizer que a sociedade civil global possui a utilização de algumas formas de poder como a voz ativa, a da ação, como instrumento transformador. Para as instituições globais torna-se indispensável a construção de uma sociedade política responsável, a fim de adquirir uma relação saudável entre a sociedade civil, os direitos humanos, o Estado, a democracia e a justiça social.

A construção histórica dessa relação do homem com seus direitos inerentes, de alguma forma sempre reforçou as ideologias patriarcais de exclusão da mulher. É árdua a tarefa de transformar os documentos internacionais que tutela os direitos humanos em real igualdade de gênero.

De acordo com Miguel e Biroli (2014, p. 20), o documento escrito mais importante é a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, de Gouges, como sendo:

A transcrição da “Declaração dos direitos do Homem e do cidadão” para o feminino, com alguns acréscimos significativos. Assim, o artigo X, que estabelece a liberdade de opinião, é redigido por Gouges como uma garantia de que, já que pode subir ao cadafalso, a mulher pode igualmente subir à tribuna. O artigo XI, sobre a liberdade de expressão, ganha a especificação de que toda mulher pode indicar o nome do pai de seus filhos, mesmo que, para tal, afronte os preconceitos. E, em particular, ela incluiu uma peroração final, conclamando as mulheres a romper com as idéias da época e a exigir seus direitos.

A luta de Gouges não alcança as raízes da opressão sofrida pelo gênero, mas ao longo dos anos são elaborados alguns documentos internacionais na tentativa de continuar a luta pela igualdade.

Em 10 de dezembro de 1948 a DUDH é ratificada, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com a tentativa de criar uma normal comum a todos os povos e nações, protegendo os direitos humanos. Ali, tem-se que o direito do trabalho como dever do Estado, livre de distinções, firmado no art. 23:

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. 3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social. 4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

A conquista de um documento internacional que proteja legalmente os direitos fundamentais dos trabalhadores é, sem dúvida, uma conquista da sociedade civil, sendo ela, a maior beneficiada.

Logo mais afrente na linha do tempo, em junho de 1993 em Viena, é realizada a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, reconhecendo no art. 18 de sua Declaração que:

Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais [...] Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas, que devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher.

O projeto IPME beneficia pessoas, a maioria mulheres africanas, que participam do projeto porque não possuem o emprego assegurado pelo Estado. Assim implica dizer que as mulheres estão juridicamente asseguradas ao pleno emprego por meio de tratados internacionais, mas é também legítimo afirmar que esta não é a realidade em que elas vivem.

Ortiz (1994) trata o trabalho como sendo considerado “uma virtude essencial, seja para o capitalista, que aumenta seus lucros, ou para o operário, que não só melhora suas condições de vida, como se afirma enquanto parte de uma classe social emergente”, afirmação que enfatiza mais uma vez a importância das obrigações legais do direito ao emprego.

CAPÍTULO 3 – PROJETO “INICIATIVA PARA UMA MODA ÉTICA”

A relação entre moda e relações internacionais proposta nesse trabalho envolve inúmeras reflexões que nos levam a análise do estudo de caso.

O modelo de negócio internacional da indústria da moda, além de demandar diversas áreas industriais como a do *marketing*, siderurgia, têxtil etc., também difunde a cultura de consumo da moda que se dá através da inovação.

As novas demandas e necessidades que surgem no mercado, aparecem como evolução da trajetória histórica da moda que acompanha cada momento do ser humano no mundo.

O projeto “Iniciativa Para uma Moda Ética” (IPME) vêm para cobrir lacunas de comunidades que não acompanharam essa evolução. Dar a oportunidade de emprego a pessoas, na maioria mulheres, de países em desenvolvimento, nos leva a perceber que a globalização não chegou aos países da mesma forma. Sendo assim, não fica difícil ressaltar como as oportunidades de trabalho se dão de forma diferenciada quanto a questões econômicas, de gênero e de raça, ou seja, ainda mais difícil para a mulher negra e pobre.

A participação da mulher no projeto é ímpar, responsável por impactar a vida de suas famílias e comunidades através de sua inserção no mercado de trabalho mundial, elevando a moda como modelo de negócio importante para a economia.

A iniciativa é uma forte defensora do potencial de crescimento da indústria de moda africana, pois trabalha com a crescente geração de talentos e incentiva a criação de colaborações éticas, sustentáveis e criativas com artesãos do continente.

Será imprescindível a análise do funcionamento da iniciativa, em todo o seu processo de criação e desenvolvimento, para ditar de que forma se dá o empoderamento das mulheres que participam. Além disso, a plataforma chamada *Rise* será de grande contribuição para o estudo, já que é uma ferramenta de avaliação que assegura o impacto positivo do projeto, através de resultados que serão aqui relatados.

3.1 O projeto

O direito ao trabalho justo como inerente a qualquer gênero, bem como a cadeia de produção de moda com condições básicas de serviço, ambos estão atrelados aos direitos do ser humano.

Assim, fruto da busca pela dignidade e respeito à pessoa humana, criou-se em 2009 pela oficial das Nações Unidas Simone Cipriani, o *Ethical Fashion Initiative* – Iniciativa para uma moda ética (IPME), em português.

O programa é proposto por uma agência conjunta da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), o *International Trade Center* (ICT) e se esforça para a redução da pobreza global, ligando micro produtores e artesãos – a maioria mulheres – à cadeia internacional da indústria da moda.

A proposta é utilizar o mercado da moda como forma de conectar os artesãos de países subdesenvolvidos, como veículo para o desenvolvimento. Os países participantes atualmente são: Burkina Faso, Camboja, Etiópia, Gana, Haiti, Quênia, Mali e Cisjordânia, que entraremos em detalhes mais afrente.

Algumas marcas e estilistas renomados como Osklen, Mifuko, Stella McCartney e Vivianne Westwood já participaram do projeto a fim de colaborar na fabricação de produtos de moda ética de alta qualidade, capacitando os micro-artesãos através do acesso a emprego e conhecimento.

O lema do projeto é “Não é caridade, apenas trabalho”, promete visar o benefício mútuo, tanto do artesão quanto da marca que vai comprar os produtos fabricados. Porém, o presente estudo vai além do lema do projeto. Com o olhar crítico, analisaremos como esses artesãos trabalham e quanto recebem pela mão de obra para então, concluirmos se há mesmo o benefício mútuo proposto.

Para que se possa medir o impacto social e a sustentabilidade da produção dos itens de moda do projeto, desenvolveu-se uma ferramenta de monitoramento chamada *RISE*. As informações recolhidas através da plataforma de controle se tornam públicas, já que os designers participantes devem preencher relatórios detalhados de todo o processo produtivo, que quando concluídos, são

disponibilizados no site oficial do projeto (<http://ethicalfashioninitiative.org/impact-results/#rise>), respondendo assim à crescente procura dos consumidores que se preocupam com a transparência da cadeia de produção.

A ferramenta *RISE*, aplicada a todas as entidades participantes, possui três etapas: a de avaliar a situação inicial dos beneficiários e de como o projeto pretende mudar essa realidade; a de controlar as atividades dos artesãos para garantir o cumprimento do trabalho justo e o desempenho ambiental durante o período de produção; e o de traçar o monitoramento do impacto dos resultados, credibilidade e transparência em toda a cadeia produtiva.

Há, ainda, para os estilistas e marcas que participam do projeto, a opção de incluir um “passaporte do produto”, que nada mais é do que uma etiqueta, podendo ser adaptada ao *design* que preferir, e que inclui todas as informações sobre a localização do produto e um código QR que orienta o consumidor para o acesso de mais dados e informações quanto ao produto e ao projeto relacionado. Além do mais, a etiqueta significa que o nome do estilista ou marca se preocupa e apoia uma produção ética e sustentável.



Figura 4 – Etiqueta da plataforma *RISE*.

Fonte: Ethical Fashion Initiative (s. d.).

Apesar do projeto Iniciativa para uma moda ética ter sido criado em 2009, foi somente em 2015 que os relatórios de avaliação do impacto das coleções passaram a permitir o acesso público. Ao todo foram criadas 20 coleções. Portanto, 20 relatórios que visam a conscientização da indústria da moda e dos consumidores para a construção de um mercado responsável.

A última coleção do projeto foi para a famosa estilista inglesa Vivienne Westwood, que contou com o trabalho de 33 artesãos do projeto do Quênia para sua coleção de Primavera/Verão 2017¹.

De acordo com o documento, foram produzidas no Quênia 300 como parte de sua coleção para consumidores especiais japoneses. No total, 28 artesãos participaram da produção, sendo 57% mulheres, 96% das pessoas tinham menos de 40 anos e ainda, 64% dos participantes utilizaram a renda recebida para financiar a educação de seus filhos e/ou dependentes.



Figura 5 – Mapa da localização das comunidades artesãs envolvidas na coleção Primavera/Verão 2017 da Viviane Westwood.

Fonte: Ethical Fashion Initiative (s. d.).

¹ O relatório completo pode ser acessado em: <http://ethicalfashioninitiative.org/wp-content/uploads/2015/03/Vivienne-Westwood-Japan-Shopper-Final.pdf>

Para a realização das atividades exercidas pelos 28 artesãos envolvidos, foram necessárias diferentes habilidades como: corte, costura, acabamento, encadernação, controle de qualidade final e embalagem, tendo todos eles que passar por um treinamento interno fornecido pelo projeto.

As bolsas confeccionadas para essa coleção foram de dois modelos, como documentado no relatório:

Style	Photo	Quantity	Groups involved in production
Japan Special Shopper-Red		150	Artisan.Fashion EPZ Ltd.
Japan Special Shopper-Yellow		150	Artisan.Fashion EPZ Ltd.
Total		300	

Figura 6 – Modelos de bolsas para coleção primavera/verão 2017 da Viviane Westwood ²

Fonte: Ethical Fashion Initiative (s. d.).

A coleção Primavera/Verão 2017 da Viviane Westwood, aqui citada, foi fabricada num período em que o clima do Quênia passou por tempos de seca e escassez de água, comprometendo a vida de muitas pessoas. Sendo assim, a

² Decidiu-se fazer um recorte da tabela original, por isso não houve tradução da mesma.

fabricação da coleção impactou fortemente o cotidiano dos artesãos, como mostra alguns dados do relatório:

- 100% eram artesãos pertencentes ao projeto Iniciativa para uma moda ética, gozando de um salário regular suficiente para atender às suas necessidades básicas;
- 68% dos participantes conseguiram economizar o dinheiro recebido enquanto 44% investiram em suas rendas, investindo principalmente na educação e habitação. Dos que investiram na renda, 64% disseram ser para treinamento e desenvolvimento de habilidades;
- 24% dos supervisores receberam treinamento sobre habilidades de controle de qualidade, necessárias para completar o pedido de compras da coleção primavera/verão 2017 da Viviane Westwood;
- 100% dos participantes foram capazes de fornecer uma refeição regular e saudável para o seu agregado familiar;
- 100% dos artesãos disseram sentir-se mais confiantes em suas tarefas diárias e orgulhosos do trabalho que haviam produzido.
- 37,5 sacos foram produzidos em um dia pelos 28 artesãos trabalhando 8 horas por dia com dois intervalos, ao todo, foram gastos 8 dias para a produção das 300 bolsas.



Figura 7 – Artesãos participantes da coleção de primavera/verão 2017 da Viviane Westwood.

Fonte: Ethical Fashion Initiative (s. d.).

Em entrevista ao relatório entregue por Viviane Westwood, a mulher da foto da esquerda, de avental verde, se chama Asumpta Kanini e tem 32 anos. Sobre o impacto da coleção em sua vida, disse que:

Eu sou mãe solteira de dois filhos. Sou bordadeira, entretanto durante a coleção de Viviane Westwood eu trabalhei como alfaiate. A renda da coleção contribuiu para completar os gastos escolares para os meus filhos, pagar aluguel e outras contas mensais, como a eletricidade e água.

Já a mulher da direita, de máscara azul, se chama Eunice Nashipai e também possui 32 anos de idade. Seu relato quanto ao projeto foi:

Eu sou uma mãe solteira de um filho. A coleção primavera/verão 2017 da Viviane Westwood me deu esperanças para enfrentar o futuro sombrio causado pela seca. Como sou uma massai, guardei parte da renda que recebi para reabastecer as cabras perdidas durante esse período.

Em decorrência dos números apresentados e pelos depoimentos documentados pelo relatório, que aqui foram expostos, conclui-se, que mesmo a coleção primavera/verão 2017 da Viviane Westwood sendo pequena em termos de quantidade de produtos e total de horas trabalhadas, ainda assim, trata-se de uma boa oportunidade de trabalho. Apesar dos quenianos estarem vivendo em meio ao caos das condições climáticas no país, a coleção beneficiou os participantes quanto ao bem-estar e a qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento.

Ter a transparência como elemento fundamental para a formação de uma indústria mais ética e sustentável, o projeto IPME lançou, no dia 26 de março de 2017, o *Rise map*.

O *Rise map* é mais uma ferramenta de rastreabilidade e transparência da cadeia de produção, que funciona paralelamente a plataforma já então existente chamada *Rise*, que também visa medir o impacto econômico, ambiental e social do projeto na vida dos participantes, como já dito.

Desenvolvido em colaboração com a *Sourcemap*, o mapeamento de cadeias de produção por especialistas através de um software especializado em rastrear os produtos até a fonte, seu funcionamento é de modo on-line, visando mapear a complexidade de todas as partes do processo até chegar ao cliente final, utilizando-se de fotos e vídeos³.

Quando há a fabricação de uma nova coleção, cria-se um *Rise map* que pode ser acessado pelo site oficial do projeto ou pelo código QR disponível na etiqueta dos produtos, tornando os consumidores e marcas responsáveis pelo consumo e produção conscientes.

³ Acesso a plataforma *Rise Map* em: <<https://open.sourcemap.com>>.



Figura 8 – Mapa interativo com os tipos de produtos fabricados pelo projeto

Fontes: Ethical Fashion Initiative (2017).

Ao clicar no tipo de produto fabricado, o site direciona para informações detalhadas do que foi confeccionado. É possível ver a localização através do *Google Maps*, que identifica o endereço e o local exato que os produtos se encontram. Há fotos reais dos produtos, dos participantes e do processo de produção, e ainda, textos que expliquem as coleções, como na figura a seguir:

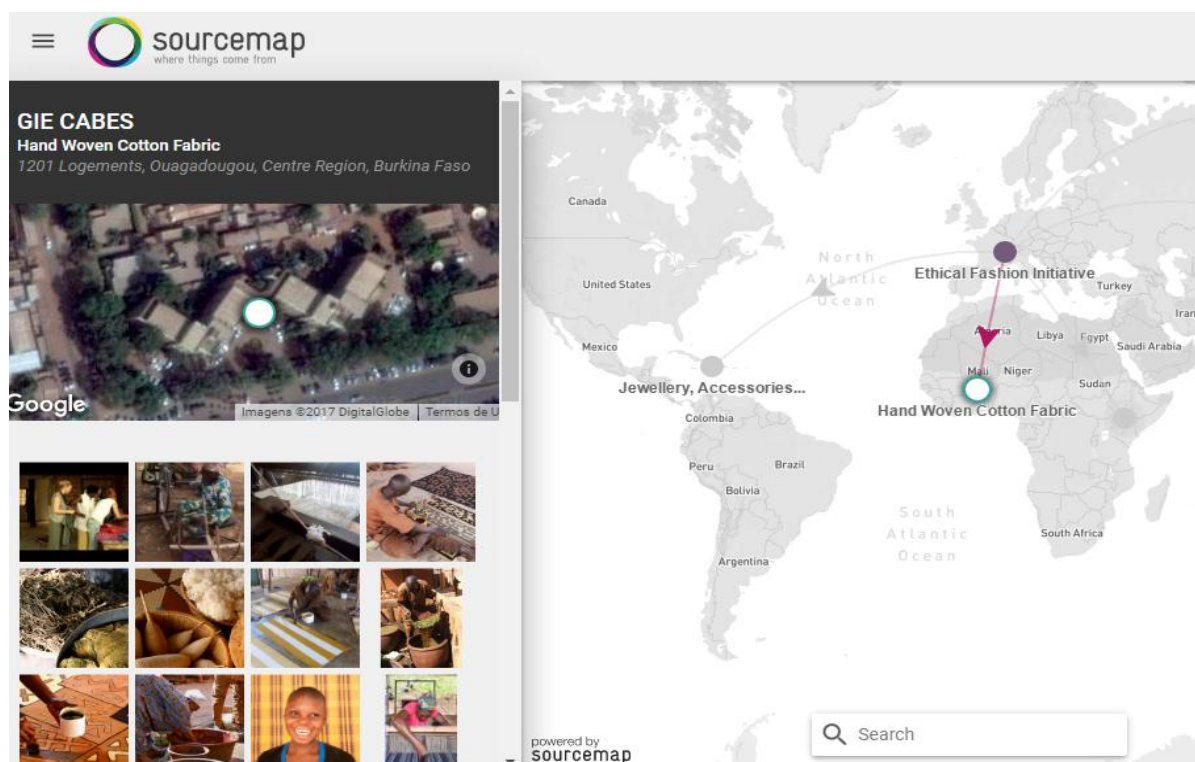


Figura 9 – Mapa com o rastreamento do tecido de algodão feito à mão em Burkina Faso

Fonte: Ethical Fashion Initiative (2017).

Consolida-se, então, que o projeto IPME tem feito esforços quanto à criação de mecanismos de controle para monitorar a cadeia produtiva de seus serviços oferecidos. Contribuir para a redução da pobreza extrema e inserção de pessoas carentes no mercado de trabalho é uma tarefa árdua, que prioriza países marginalizados em todo o mundo. Sendo assim, o monitoramento é uma ferramenta indispensável para a tentativa de se manter o bom funcionamento do projeto.

É demasiadamente relevante os países escolhidos para participarem do projeto. Entretanto, por ora, qual seria o critério utilizado? Quem está por trás de todo o financiamento necessário?

Com o propósito de fornecer um caminho para países marginalizados saírem da zona da pobreza, a Iniciativa para uma Moda Ética atualmente funciona em Burkina Faso, Camboja, Etiópia, Gana, Haiti, Quênia, Mali e na Cisjordânia, porém visa a expansão para novas áreas como Brasil, Índia, México e Peru.

Por se tratar de países em desenvolvimento, foram recebidos financiamentos de diversas entidades para a implementação do projeto nos países escolhidos.

O trabalho do Projeto no Haiti é financiado, desde 2015, pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. A colaboração com artesãos haitianos se baseia em habilidades como escultura de chifre, cordão de papel e colcha de retalhos, assim havendo uma maior concentração na produção de joias e acessórios.

Já em Gana, o trabalho é financiado pela Secretaria de Estado dos Assuntos Econômicos da Suíça (SECO). O objetivo neste país é de ajudar jovens designers africanos a construir marcas de moda dentro da economia formal, criando um fluxo de trabalho para artesãos com habilidades de costura, alfaiataria e corte padrão, relacionando todas as áreas da moda.

Desde 2014, o programa da União Europeia EDF 10 Cotton financia o projeto em Burkina Faso e no Mali. Anteriormente, a SECO também financiou o trabalho no Gana de 2012 a 2015. As habilidades nesses locais são principalmente o tingimento de fios, a tecelagem de algodão à mão e técnicas de design têxtil. A iniciativa opera em âmbito regional em Ouagadougou e Bobo, a capital do Burkina Faso.

No mesmo ano, também em 2014, o projeto se expandiu para a Etiópia com uma parceria com a HAFDE Tannery, que produz produtos de couro de alta qualidade de acordo com padrões ambientais e de trabalho justo. Os artesãos etíopes são hábeis no curtimento, tingimento e acabamento de couro e artigos de couro de construção (fabricação de sacos e fabricação de calçados). O projeto trabalha com a instituição de caridade Centro San Giuseppe para integrar micro artesãos no processo.

O Camboja possui artesãos com a capacidade de produzir uma grande variedade de tecidos de seda usando diferentes técnicas e tipos do produto. O projeto está se expandindo para trabalhar nessa vertente produzindo localmente por comunidades de tecelagem do Camboja, empregando principalmente mulheres artesãs. O último que cabe citar, mas que foi o primeiro projeto IPME, foi o centro de criação de Nairobi, capital do Quênia. O *Kenyan Ethical Fashion Artisans Ltd.* é

especializado na fabricação artesanal de acessórios de moda éticos como bolsas, chaveiros, joias e sapatos. O centro de Nairobi organiza a produção em todo o Quênia, sendo a maioria dos artesãos mulheres. As habilidades mais exercidas são alfaiataria, bordado, trabalho com latão, chifre e osso.

Partindo do pressuposto acima, é possível aferir o quão importante é a cooperação internacional de países desenvolvidos, para o progresso dos que ainda estão em desenvolvimento. Se trata da cooperação mundial a fim de combater as mazelas sociais e econômicas atreladas ao capitalismo. É importante ressaltar que sempre há algum interesse em troca, mas não foi possível saber os reais interesses das entidades de financiaram o IPME por falta de dados.

Ademais, o relatório da coleção primavera/verão 2017 da Westwood, anteriormente explanado, é só uma das coleções dentre as 20 que estão disponibilizadas no site oficial, pela plataforma *Rise*. Contudo, para que se possa verificar a efetividade do projeto para ambos os agentes (o artesão e o projeto) é necessário a análise dos outros 19 relatórios. Durante o estudo, verificou-se a existência de três formatos de relatórios, cada um deles correspondendo a data no qual foram disponibilizados no site. Os primeiros nove relatórios, entre os anos de 2014-2015 eram muito menores em comparação aos atuais. Não possuía informações completas como o tipo ou quantidade do produto que estava sendo fabricado na coleção. No segundo formato, já em agosto de 2015, 6 relatórios fizeram o uso de inúmeras informações quanto ao projeto para inseri-las no documento, se tornando menos funcional em razão da síntese das informações. Por fim, o de hoje utilizado é o mais completo, em que cinco coleções já o adquiriram como modelo base, e é composto por fotos, entrevistas, dados dos participantes e de mecanismos que demonstrem a funcionalidade do dinheiro no qual os artesãos recebem.

Assim, podemos aferir, que fica evidente a preocupação do projeto quanto a transparência e clareza das informações dispostas nos relatórios da plataforma *Rise*. Por se tratar de uma iniciativa nova, as reformulações do modelo de relatório condizem com a tentativa de se achar um que consiga conter todas as informações da coleção necessárias para controle da cadeia de produção.

Referente ao formato de relatório utilizado, percebe-se que os primeiros postados no site, ou seja, os de outubro de 2014 até abril de 2015, são os únicos que possuem informações incompletas. Com a finalidade de nos aprofundarmos quanto a análise do projeto IPME, segue a tabela completa dos relatórios dispostos no site oficial.

Quadro 1 – Relatórios da plataforma RISE: Iniciativa para uma moda ética (continua).

Nome da Coleção	Data da Produção	País Participante	Produto fabricado/Quantidade	Total de Participantes/Total de Mulheres	Investimento em Educação*
<i>Vivienne Westwood Spring/Summer</i>	Mar. 2017	Quênia	Bolsas/300 unidades	28 pessoas/16 mulheres	64%
<i>Sass & bide Spring/Summer 2017</i>	Out./Nov. 2016	Quênia	Bolsas/350 unidades	82 pessoas/62 mulheres	82%
<i>Brother Vellies Sustainability</i>	-	Etiópia	Sandálias de salto/1000 unidades Botas de salto/1200 unidades	70 pessoas/-	-
<i>Karen Walker Autumn/Winter 2016</i>	Jul./Set 2016	Quênia	Bolsas/900 unidades	132 pessoas/70 mulheres	80%
<i>Vivienne Westwood Autumn/Winter 2016</i>	Mar./Jul. 2016	Quênia	Bolsas/1639 unidades	33 pessoas/17 mulheres	82%
<i>Mimco Spring/Summer 2016</i>	Mar./Maio 2016	Quênia	Bolsas/1230 unidades	142 pessoas/119 mulheres	79.8%
<i>United Arrows Spring/Summer 2016</i>	Fev./Mar. 2016	Quênia	Bolsas/180 unidades Pulseiras e colares/1860 unidades	79 pessoas/68 mulheres	69%
<i>Mimco Spring/Summer 2016</i>	Out. 2015-Jan. 2016	Quênia	Carteira/2468 unidades Chaveiros/643 unidades	173 pessoas/151 mulheres	72%
<i>Karen Walker Autumn/Winter 2015</i>	Set./Out. 2015	Quênia	Bolsas/639 unidades Carteiras/132 unidades	216 pessoas/165 mulheres	61%
<i>Vivienne Westwood Autumn/Winter 2015</i>	Abr./Ago. 2015	Quênia	Bolsas de variados tamanhos/4466 unidades	180 pessoas/57 mulheres	88%

Quadro 1 – Relatórios da plataforma RISE: Iniciativa para uma moda ética (conclusão).

Nome da Coleção	Data da Produção	País Participante	Produto fabricado/Quantidade	Total de Participantes/Total de Mulheres	Investimento em Educação*
<i>Mimco Autumn/Winter 2015</i>	Jul./Ago. 2015	Quênia	Bolsas de variados tamanhos/3732 unidades	230 pessoas/120 mulheres	84%
<i>Karen Walker Autumn/Winter 2015</i>	Out 2014-Jan. 2015	Quênia	-	51 pessoas/40 mulheres	40%
<i>Vivienne Westwood Spring/Summer 2015</i>	Out. 2014-Jan. 2015	Quênia	-/5302 unidades	265 pessoas/201 mulheres	72%
<i>Carmina Campus Spring/Summer 2015</i>	Jan./Fev. 2015	Quênia	-	95 pessoas/63 mulheres	70%
<i>Bantu Wax Spring/Summer 2015</i>	Mar./Abr. 2015	Quênia	-/600 unidades	20 pessoas/15 mulheres	95%
<i>Mimco Spring/Summer 2015 Collection</i>	Dez. 2014 –Jan. 2015	Quênia	-	293 pessoas/272 mulheres	75%
<i>Stella McCartney Spring/Summer 2015</i>	Out./Dez. 2014	Quênia	-/1337 unidades	46 pessoas/38 mulheres	59%
<i>Karen Walker 2nd Spring/Summer 2015</i>	-	Quênia	-	170 pessoas/163 mulheres	#
<i>Karen Walker Spring/Summer 2015</i>	Jan./Fev. 2015	Quênia	-	95 pessoas/92 mulheres	39%

Fonte: Adaptado dos relatórios do Ethical Fashion Initiative (s. d.).

A primeira coluna corresponde ao nome da coleção dos estilistas que escolheram a IPME como mecanismo de confecção de seus produtos. Percebe-se que alguns deles aparecem mais de uma vez, como o da Viviane Westwood, da Karen Walker e da Mimco. Esse fato demonstra, de certa forma, a satisfação por participar do projeto, pois se o produto final não fosse de boa qualidade ou não atendesse as expectativas do mercado, não veríamos a Karen Walker aparecendo 4 vezes na tabela, por exemplo.

A segunda coluna diz respeito a data que a coleção foi produzida, variando entre 2014 e 2017. O projeto foi criado em 2009 e provavelmente houve a confecção de alguma coleção entre esse ano e 2014, mas o IPME falha na ausência dessa informação. Nota-se ainda, que o tempo da produção varia de acordo com a quantidade de peças produzidas, dentre 1 a 5 meses.

Já na terceira coluna está o país de produção. O IPME é voltado para países em desenvolvimento e como já foi dito, está instalado em Burkina Faso, Camboja, Etiópia, Gana, Haiti, Quênia, Mali e Cisjordânia. Entretanto, chama a atenção o fato de que todas as coleções dos relatórios, exceto a *Brother Vellies Sustainability*, foram confeccionadas no Quênia. Ao explanar o relatório completo, constata-se que diferentes povoados quenianos participaram, não houve o foco em somente um. Ainda assim, a ausência de Burkina Faso, Camboja, Gana, Haiti e Cisjordânia no cenário representa uma lacuna entre os locais que o projeto IPME pretende se instalar e os que efetivamente funcionam.

Dando continuidade a tabela, a quarta coluna condiz com o tipo de produto que foi fabricado na coleção e a quantidade, medida em unidades. Como não há uma especialização, podem-se fabricar os mais variados tipos de produtos, mas através da tabela vemos a predominância dos acessórios. Convém dizer que o projeto consegue responder a demanda do mercado em relação a quantidade de produtos fabricados, pois numa coleção da Viviane Westwood foram fabricadas 5302 bolsas, correspondendo a uma maior quantidade de tempo e de artesãos.

A ideia de que o projeto beneficia as mulheres africanas é reforçada na quinta linha da tabela, pois comprova-se que mais de 50% dos artesãos participantes do projeto são do gênero feminino. Ao contabilizar 19 coleções,

isolando uma que não possui o dado da quantidade de mulheres, chegamos ao número de que dentre 2.330 artesãos envolvidos no IPME, 1.729 são mulheres.

Ao fim de cada relatório, fica registrado o desenvolvimento das habilidades dos artesãos, pois o IPME oferta cursos que capacitam a mão de obra. Além disso, há a parte que se preocupa com a renda e investimento do dinheiro adquirido dos participantes através do trabalho. A sexta linha da tabela assim, amplamente, envolve questões como saúde, nutrição e bem estar social, mas o foco está no investimento em educação. A porcentagem de pessoas que dizem ter investido em educação para seus filhos ou algum agregado à família é muito positiva, o que traz o pensamento de que é através da educação que se consegue um futuro melhor para o mundo.

Assim, podemos concluir que no geral, a tabela traz dois resultados positivos: a valorização dos artesãos para com a utilização do dinheiro que eles ganham e a grande oportunidade de trabalho que é atribuída as mulheres através do projeto. Dentre as falhas, destaca-se que até agora só se viu o efetivo impacto do IPME em um país, o Quênia. Ainda há um longo a caminho a percorrer para que o projeto alcance os países em desenvolvimento de todo o mundo.

3.2 Comércio justo

Para se engajar no estudo de caso do projeto IPME com a proposta de um trabalho ético e sustentável, tratemos o comércio justo como contribuidor das condições de troca de produtores e trabalhadores marginalizados.

Baudot (2008) afirma: “Não resta dúvida de que hoje em dia o futuro da moda tem cada vez mais a ver com os criadores sem preconceitos com a industrialização. E paralelamente com os industriais dotados de espírito criativo”, significando dizer que a trajetória da moda passa por constantes mudanças no qual tem de se adaptar aos moldes de cada época. Atualmente, ela tem se preocupada mais com questões de consumo e produção ética e responsável, com a perspectiva de comércio justo embutida no ideal da sustentabilidade econômica e ecológica, do estabelecimento de preços justos sem que haja exploração do trabalho, ideais que também são propostos pelo projeto. Aspectos que hoje despertam uma maior

preocupação e conscientização dos consumidores, do que comparada a toda a sua trajetória histórica.

Para a Organização Mundial de Comércio Justo (OMCJ), uma rede global de organizações que representam a cadeia de suprimentos do comércio justo, a definição de comércio justo é posta da seguinte forma:

Fair Trade is a trading partnership, based on dialogue, transparency and respect, that seeks greater equity in international trade. It contributes to sustainable development by offering better trading conditions to, and securing the rights of, marginalized producers and workers – especially in the South.

Sendo assim, o comércio justo ultrapassa a fronteira da negociação e engloba toda uma mudança de regras e práticas cotidianamente já impostas pelo comércio internacional.

Sob o olhar da OMCJ, o comércio justo ainda é visto como uma forma de contribuição para a luta contra a pobreza, as alterações climáticas e a crise econômica, que se dão através de 10 princípios:



Figura 10 – Dez princípios do comércio justo

Fonte: WFTO (s. d.).

Através da implementação e monitoramento de práticas que envolvam os dez princípios acima citados, acredita-se num comércio diferente do que normalmente é feito, desprendido de mazelas e desigualdades.

O *fair trade* – comércio justo em inglês – levanta inúmeras críticas, mas elas são tendenciosas a serem classificadas como protecionismo tradicional disfarçado, que visa proteger as atividades econômicas internas, representando um desafio cada vez maior para o liberalismo.

Partindo desse princípio, Ehlich (2003) reafirma essa tendência, já que dados de pesquisa nos Estados Unidos mostra que os países que apoiam o comércio justo têm propensão a ter características opostas daqueles que apoiam a proteção econômica. Através de pesquisas apresentadas pelo autor, verificou-se que a estratégia do comércio justo pode ser rentável, pois há um grande grupo de pessoas que apoiam essa prática e que se opõem ao protecionismo tradicional. Ele classifica as perspectivas da rede de comércio justo diante de três categorias: a “vantagem moldada” sendo uma perspectiva que retrata o comércio justo como um projeto que auxilia grupos locais no desenvolvimento de capacidades para ajudar a

compensar o impacto negativo da globalização; a perspectiva “alternativa”, que descreve o comércio justo como um modelo de globalização que, em contraste com o paradigma liberal, procura incluir os setores mais pobres nos supostos benefícios do comércio interacional e; a perspectiva “*decommodification*”⁴ que retrata o comércio justo como um desafio para a mercantilização dos bens sob o capitalismo global.

As três perspectivas apresentadas, mesmo que bem desenvolvidas, continua sem trazer resposta para as vantagens e desvantagens do comércio justo para o mercado. Ao menos há a preocupação da cooperação como forma de inserção de determinados grupos excluídos no mercado capitalista global, para que eles possam ter melhores condições trabalhistas.

Os ditos “grupos excluídos” de acordo com Santos (2000) são países em que a economia é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada, que é chamado de teoria da dependência. Como é o caso da África, onde as relações produzidas pelo mercado são desiguais, comparadas aos países desenvolvidos, e que dependem da economia de outros países para seu desenvolvimento e expansão.

3.3 Moda sustentável

Como já se indicou, a moda no período entre guerras é caracterizada pelo luxo. Hoje em dia, esse luxo tem sido substituído por uma maneira de consumir moda de forma mais consciente, através da utilização de materiais que possuem uma proposta de eco design. Afinal, o desafio que vem embutido a esse “novo luxo” é não tratar a moda sustentável como uma tendência mercadológica, mas como uma necessidade para o futuro do meio ambiente.

O projeto IPME acredita no agir de forma responsável e sustentável em relação às pessoas e ao meio ambiente. Para eles, o futuro é ser sustentável tendo produtos que são bonitos por dentro e por fora.

⁴ A *decommodification* é a força dos direitos sociais e o grau de imunização dos cidadãos em relação à dependência do mercado; processo de visualizar as utilidades como um direito, e não como uma mercadoria que deve ser paga ou negociada.

Dentro dessa nova perspectiva, busca-se o valor do design agregado ao produto que se utiliza de conceitos ecológicos, que é o eco design. Para a aceitação desse valor agregado ao produto sustentável, é preciso a conscientização do consumidor, que quando alcançada, ele passa a estar disposto a pagar um valor mais alto por produtos que trazem consigo o valor do desenvolvimento sustentável.

Schulte (2008) afirma que o desenvolvimento da moda e os desafios que ela enfrenta para se adaptar às questões sustentáveis vão desde a origem da matéria-prima até o descarte pelo consumidor. O autor acredita que é possível haver solução sustentável e ecológica para a moda, como diz no trecho “Com o desenvolvimento de produtos de moda a partir da reutilização de materiais e a promoção de inclusão social em comunidades carentes, a moda evidencia outra face [...] Deixando de lado o estereotipo da futilidade e do efêmero, para consolidar uma nova era “a consciência ecológica” (2008, p.9). Assim, conclui-se que é possível a moda direcionar os consumidores a tratarem sustentabilidade como algo do cotidiano, estimulando o consumo consciente como tendência de moda.

Além do papel dos consumidores na cadeia de produção sustentável, é importante ressaltar o impacto de como a idéia global de sustentabilidade no mercado da moda é influenciada por estilistas e marcas de moda de impacto mundial. Cabe a eles, o dever de incorporar meios sustentáveis nas etapas de criação, produção, fornecimento, distribuição e preço. A atuação desses atores é tida como fundamental no processo de transformação das práticas, incluindo atitudes sustentáveis que visem o bem coletivo.

Segundo a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (1987) o desenvolvimento sustentável é a “exploração equilibrada dos recursos naturais, nos limites da satisfação das necessidades e do bem-estar da presente geração, assim como de sua conservação no interesse das gerações futuras”, pois o meio ambiente tem se degradado de forma exponencial. Porém, infelizmente, por se tratar de um problema a longo prazo, os Estados e a sociedade civil como um todo não tratam a questão com a devida urgência, fato que agrava cada vez mais as alterações climáticas.

O uso descontrolado que o ser humano dá aos recursos provenientes da natureza acompanham a era industrial e a globalização cada vez mais intensificada, mas como se sabe, o meio ambiente funciona como um organismo natural que

possui seus limites. As alterações climáticas, a degradação dos recursos naturais, o aquecimento da temperatura do planeta devido a emissão de gases poluentes, bem como inúmeras mudanças no meio ambiente, são fruto do mal uso que o homem dá aos recursos disponíveis.

Diante desse contexto, a sustentabilidade tem sido um fator que aos poucos, tem gerado preocupação para a gestão empresarial. A matéria-prima utilizada na fabricação do produto, o modo de como é produzido e ao fim descartado, são questões ligadas ao meio ambiente. Para *Fletcher e Grose* (2011, p. 11):

A experiência nos mostra que a maioria das pessoas começa a mudar suas práticas alterando aquilo sobre o que tem mais controle. Para os designers de moda e as marcas de roupa, isso tende a ser seu produto, sua cadeia de fornecimento e, não raro, os materiais escolhidos.

Já Boff (2002) vai além dos designers e das marcas de roupa, trazendo a sociedade civil organizada como ator preocupado com o consumo consciente. Surge no final dos anos 1960/ início de 1970 novos movimentos sociais em que grupos ligavam a produção de consumo a questões políticas ambientais e de desenvolvimento. Através dessas primeiras movimentações, algumas empresas passaram a desempenhar um papel político central para se entender os atuais processos sociais e políticos, impondo a aceitação de princípios de direitos humanos e a preocupação com as questões ecológicas a todos os atores políticos.

Para Ramón López e Michael Toman (2006), a relação entre comércio e meio ambiente tornou-se uma importante questão política nos últimos anos. Alguns ambientalistas afirmam que o comércio internacional intensificou a degradação ambiental em todo o mundo e particularmente em países em desenvolvimento. O mercado afeta o meio ambiente através de uma variedade de canais: ele muda o nível global de atividade econômica (um efeito de escala); ele muda o tipo de atividade econômica (um efeito de composição), e isso pode conduzir a uma mudança na intensidade ambiental da produção (um efeito técnico). Todos esses canais são afetados pela interação entre as forças do mercado e o regime de política de um país, ou seja, o regime de política ambiental de um país é o que determina como o aumento do comércio ou investimento internacional afeta o meio ambiente.

O aumento do comércio internacional entre países ricos e pobres não é compatível com melhorias na qualidade ambiental. Em casos de países em desenvolvimento como os da África, há inúmeros problemas sociais como miséria e pobreza que antecedem os do meio ambiente. Porém ao fim, a falta de água por exemplo, que envolve critérios de pobreza, atrela o problema ao mau uso do abastecimento da água no país, seja por questões de produção ou distribuição. Torna-se então um ciclo vicioso de causa e efeito, onde a qualidade ambiental do país depende das condições de desenvolvimento do país, ora, os países em desenvolvimentos necessita de recursos de um meio ambiente escasso e muitas vezes sem oportunidade.

Portanto, para se chegar a uma produção sustentável é necessário uma adequação dos insumos, através de um pensamento consciente que envolva todos os atores de uma cadeia produtiva, desde a criação do estilista ou marca até o consumidor final.

3.4 Moda ética

O projeto IPME busca empregar princípios que estão atrelados ao próprio nome. Fazer uma moda ética é basicamente satisfazer a necessidade de fazê-la justa e rentável ao mesmo tempo. Além dar a oportunidade de emprego a inúmeras pessoas, a projeto carrega consigo o princípio da moda ética de reformar a indústria por meio da conscientização, valorizando formas responsáveis de produção e consumo através de condições dignas de trabalho.

O capitalismo, sendo um sistema baseado na exploração do trabalho, visa uma realidade de valores de consumo diferentes dos propostos pelo trabalho do projeto Iniciativa para uma moda ética e da sociedade futura de Gorz (1998), já que ambos viabilizam vantagens para o trabalhador e não somente para a produção em massa.

Gorz (1998) analisa as mudanças do sistema capitalista nos últimos anos e acredita na superação da subordinação do trabalho na esfera heterônoma para a autônoma, ou seja, a substituição da exploração do modo de produção capitalista pela independência do indivíduo. Para que essa realidade fosse construída seria

preciso uma sociedade do futuro liberta da alienação do trabalho fordista, fazendo com que o trabalhador perca a sua centralidade em busca de “novas formas” de trabalho. Com o trabalho não sendo mais o centro das atenções, se instituiria uma sociedade com o princípio do “tempo livre”, onde representaria para Gorz (1998) a grande demanda a ser conquistada pela sociedade.

O autor acima elucidado tocou num ponto a ser discutido, que é a transformação da estrutura do sistema capitalista. Assim como qualquer outro sistema, o capitalismo tende a sofrer mudanças para que consiga se manter no poder. De acordo com a teoria de Gorz (1998), ao longo do tempo o trabalho perderia seu papel central como gerador monetário e passaria a ter outras funções. Mudando de sentido, os valores negativos agregados a esse sistema como a exploração de pessoas e do meio ambientes, talvez deixem de existir.

Idealista, porém não impossível, faz-se necessário repensar se estamos caminhando para uma ruptura que beneficia o indivíduo ou se ainda assim estamos atendendo aos interesses do Estado-Nação, mediante um sistema econômico baseado no princípio do lucro.

O modelo proposto de ética nos negócios é um desafio em todos os tempos. Mas em que medida os consumidores se preocupam com a ética no consumo de bens de luxo? Davies, Lee e Ahonkhai (2010) fazem uma análise para verificar se existe alguma diferença significativa se os consumidores estão dispostos a comprar mercadorias de luxo ético ou se eles não estão dispostos a fazê-lo. Conclui-se que é discutível se há padrões de consumo éticos semelhantes em compras de luxo, mas resultados apontam que a propensão dos consumidores a considerar a ética é significativamente mais baixa nas compras de luxo quando comparado com compras de *commodities*.

A preocupação da origem do produto adquirido para o consumidor internacional, envolve questões como as de suborno e corrupção, má remuneração de funcionários, trabalho escravo e ainda, trabalho infantil. A importância de uma obrigação mútua dos agentes quanto a conscientização do mercado ético, é imprescindível haver cooperação entre os consumidores e o mercado, assim como dito por Sir Adrian Cadbury na obra de *Ehrlich* (2010):

Business has to take account of its responsibilities to society in coming to its decisions, but society has to accept its responsibilities for setting the standards against which those decisions are made. (CADBURY, 1987, p. 73 apud Ehrlich, 2010)

Além das obrigações do mercado e de quem o consome, as agendas internacionais possuem importante papel nesse cenário. Algumas organizações internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentam recomendações para delinear os padrões mínimos de comportamento de empresas que estejam tendo uma cadeia produtiva ética.

Segundo o Relatório Global sobre discriminação, de seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (2007), por exemplo, incentiva-se a igualdade no local de trabalho complementar as medidas convencionais de política anti-discriminação, podendo melhorar os serviços de intermediação de mão de obra, aumentando as oportunidades de emprego daqueles vulneráveis à discriminação.

Agora quanto a projetos desenvolvidos pela sociedade civil, *Balsiger* (2014) realizou um estudo comparativo entre duas campanhas que lutam por moda ética: o *Bern Declaration* na Suíça e *Artisans du Monde* na França. Ambas as iniciativas lutam por mais justiça social nos mercados - o comércio justo, a produção em cooperativas, ou a promoção de empresas locais e de desenvolvimento autônomo – e foram vistas como instrumentos para trazer um mundo com menos desigualdade e pobreza, concluindo que esse tipo de campanha impacta positivamente no surgimento de novos mercados para a moda.

Portanto, podemos aferir que cada indivíduo possui o seu papel nessa longa jornada. Para que se alcance um mercado mundial ético e sustentável é preciso da ajuda dos Estados, das empresas, dos trabalhadores e dos consumidores, todos lutando em prol do ser vivo e do meio ambiente.

CONCLUSÃO

Foi tratado, conforme dito no princípio desse estudo acadêmico, a problemática da inserção da mulher no mercado de trabalho através do projeto “Iniciativa Para uma Moda Ética” (IPME), bem como os impactos dessa indústria para o mercado de moda global.

Discorre-se sobre um panorama histórico da moda que mostrou o quão impactante ela é para o mercado mundial, verificando sua influência nos aspectos sociais há milênios, ditando até mesmo a posição hierárquica agregada a pessoas de alto e baixo padrão econômico. Além do aspecto sociológico, a indústria da moda movimenta fluxos comerciais de uma maneira que nem mesmo a autora tinha conhecimento, pois a cadeia de produção que a envolve é extensa, e se faz necessário que todos os setores devam ser valorizados.

Diante todo o histórico da moda aqui mencionado, bem como seus aspectos econômicos no mercado mundial, percebe-se que o campo das relações internacionais deveria tratá-la como de seu interesse, fato que não ocorre, pois pensa-se a indústria da moda como sendo de última prioridade para os Estados, nem perto de se alcançar investimentos que envolvam intercâmbio e cooperação como áreas da saúde e educação. Todavia, o que se pode constatar através do IPME é que iniciativas que sejam de cunho social estimulando a capacitação profissional, podem ser capazes de transformar a realidade das pessoas envolvidas.

Assim, através das plataformas de monitoramento *Rise* e *rise map*, foi possível fazer a análise do projeto IPME e concluir que os relatórios apresentados, compostos de entrevistas e porcentagens reais do projeto, caracterizaram o IPME com potencial de empoderar os artesãos, logo, empoderar as mulheres africanas. Ao tratar o gênero feminino, em específico, verificou-se que em todas as coleções apresentadas no site do projeto, era característico se ter mais de 50% de mulheres no total dos artesãos participantes, significando dizer que a iniciativa dá a oportunidade de emprego às mulheres.

O lema do projeto “Não é caridade, é trabalho”, aparentemente, com as ferramentas disponibilizadas para a análise (relatórios, fotos, entrevistas, localização dos produtos), obtém êxito atendendo aos dados observados. O tempo de conclusão

das coleções condiz com a quantidade de produto fabricado pelo tempo de confecção, o que significa ser um tempo diário de trabalho digno, ao mesmo tempo que as fotos dos relatórios mostram os artesãos em locais de trabalho também dignos. Em relação ao dinheiro pago aos micro produtores, os mesmos relatam investi-lo em educação, saúde, negócios e diversas outras formas de aplicação, fato que condiz com um valor justo. Conclui-se, portanto, que os ideais de comércio justo e moda ética implementados pelo projeto, estão no caminho certo de se alcançar esse objetivo.

A mulher sempre esteve em luta para a conquista de seus direitos e não diferente, o mesmo ocorreu para sua inserção no mercado de trabalho. De fato, sua presença foi marcada na era industrial e no período pós-guerra, pela substituição do papel do homem no mercado de trabalho, mas mesmo com toda a revolução, ainda é uma tarefa árdua para a mulher o alcance de cargos elevados e a igualdade salarial. Ainda com toda a evolução que já tivemos, as mulheres ainda sofrem violações humanas que se torna necessário a implementação da proteção internacional para a garantia de direitos. É claro que a prática se difere muito da teoria, mas é preciso dar especial atenção as proteções legais, pois a positivação desses direitos são muito importantes para as causas de gênero, que foram trazidas nas reflexões teóricas.

Verificamos, ainda, a globalização com um papel primordial nesse trabalho, pois se explica as dificuldades que o IPME apresenta ao se voltar para países em desenvolvimento, constatando que para países como do continente africano, há uma discrepância de oportunidades em relação a países desenvolvidos. O fluxo natural da era capitalista não favorece os marginalizados, por isso a perspectiva da globalização relacionada ao projeto torna-se essencial para a luta pela emancipação dos indivíduos que buscam por vidas melhores.

A criação de uma iniciativa como o IPME, que abrange inúmeros países ao redor do mundo (os em desenvolvimento), exige um planejamento estratégico de crescimento gradual, que atinja um país de cada vez. Porém, o que ocorre, é que o projeto está implementado em 8 países - Burkina Faso, Camboja, Etiópia, Gana, Haiti, Quênia, Mali e Cisjordânia – mas nos relatórios só presenciamos a atuação no Quênia e na Etiópia. Assim, podemos dizer, que apesar de estarem presentes

em quase todo o continente africano, a efetiva oportunidade de emprego, até maio de 2017, só de fato ocorreu no Quênia.

Outro aspecto que deixa a desejar é quanto as políticas comerciais utilizadas pelo projeto, pois não há informações disponíveis quanto as tarifas, subsídios ao comércio, quotas de importação e exportação, barreiras ou qualquer outro dado que facilite e estimule a compra dos estilistas/marcas dos produtos fabricados, por uma taxa de mercado reduzida.

Nesse sentido, conforme fora relatado, é imprescindível a criação de políticas públicas ou de iniciativas da sociedade civil que possam produzir mecanismos de inserção de mulheres no mercado de trabalho, bem como em oportunidades de cooperação e capacitação de países desenvolvidos para os em desenvolvimento, de forma conscientemente ética, justa e sustentável.

A dignidade à pessoa humana é um preceito dotado a todo ser humano, que só cabe a nós incorporá-lo, portanto, a partir do momento em que o indivíduo se encontra na busca pelo consumo consciente valorizando a vida ao invés do capital, essa mesma comunidade deve se sentir responsável por um mundo de desigualdades socio-econômicas.

Em perspectivas futuras, poderia se dar continuidade a essa pesquisa através de diversas vertentes. Seria interessante incorporar aspectos de sustentabilidade, já que o projeto está associado a esse princípio e é um tema que cada vez mais precisará estar na agenda internacional, já que o homem continua a usufruir de todos os recursos naturais. Poderá se aprofundar o tema pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotado pelos Estados-Membros da ONU, que é composto por 17 metas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por fim, conclui-se que os objetivos propostos pelo trabalho foram atingidos, a medida que foi possível analisar um estudo de caso por meio de perspectivas históricas da moda envolvendo a inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como questões de moda ética e sustentável que estão divergentes aos conceitos do capitalismo tradicional.

REFERÊNCIAS

ADDA, Jacques. *Os problemas da globalização da economia*. Manole. 1959.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO – ABIT. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/home>>. Acesso em: 17 out. 2016.

BALSIGER, Philip. *The fight for ethical fashion: the origins and Interactions of the clean clothes campaign*. Aldershot: Ashgate. 2014. (Série The mobilization series on social movements, protest, and culture)

BARBIERI, Teresita de. *Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Recife: SOS Corpo. 1993.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O mundo globalizado: política, sociedade e economia: antecedentes históricos; as esferas da globalização econômica, globalizadores e globalizados*. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2003. (Coleção Repensando a História do Brasil)

BHAGWATI, Jagdish. *Em defesa da globalização: como a globalização está ajudando ricos e pobres*. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2004.

BOFF, Leonardo; ARRUDA, Marcos. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

BOUDOT, François. *Moda do século*. 3. ed. rev. São Paulo: Cosaf Naify. 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/sdp/proAcao/forCompetitividade/oQueSao.php>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

COHEN, Jean L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-59, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a01v46n3.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

DAVIES, Iain A.; LEE, Zoe; AHONKHAI, Ine. Do consumers care about ethical-luxury? *Journal of Business Ethics*, v. 106, n. 1, p. 37-51, mar. 2002.

DE GRAAF, Gjalte. Discourse and descriptive business ethics. *Business Ethics: a european review*, v. 15, n. 3, p. 246-58, jul. 2006.

DUCROCQ, Françoise Barret (Org.). *Globalização para quem? Uma discussão sobre os rumos da globalização*. São Paulo: Futura, 2004.

EDGARD JUNIOR. OIT prevê fraco crescimento econômico e aumento do desemprego em 2017. In: *Radio ONU*, 12 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2017/01/oit-preve-fraco-crescimento-economico-e-aumento-do-desemprego-em-2017/#.WR9W5PnR_IU>. Acesso em: 02 abr. 2017.

EHRLICH, Sean. The fair trade challenge to embedded liberalism. *International Studies Quarterly*, v. 54, n. 4, p. 1013-33, dez. 2010.

ETHICAL FASHION INITIATIVE. Disponível em: <<http://ethicalfashioninitiative.org/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. ITC – Ethical Fashion Initiative. S. d. Disponível em: <<https://open.sourcemap.com/maps/57f64cd59486a032243db5bc>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. *RISEMAP*: Ethical Fashion Initiative launches supply chain traceability and transparency platform with Sourcemap, March 2017. 2017. Disponível em: <<http://ethicalfashioninitiative.org/wp-content/uploads/2017/03/RISEMAP-launch-EFI-x-Sourcemap-Press-Release-Final1.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

FASHION UNITED. Disponível em: <<https://fashionunited.com/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. *Global fashion industry statistics – International apparel*. S. d. Disponível em: <<https://fashionunited.com/global-fashion-industry-statistics>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

FLETCHER, Kate. *Sustainable fashion & textiles: design journeys*. London: Earthscan. 2008.

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO – GDDC. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/>>. Acesso em: 19 set. 2015.

GEERTZ, Clifford (1926). *A interpretação das culturas*. 1. ed. 13. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HARLEY, Sharon. *Women's labor in the global economy: speaking in multiple voices*. Rutgers University Press, 2007.

LÓPEZ Ramón; TOMAN Michael A. Economic development and environmental sustainability: new policy options. *Economic Record*, v. 83, n. 262, p. 347-49, set. 2007.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo. 2014.

MONTEBELLO, Marianna. A proteção internacional aos direitos da mulher. *Revista da EMERJ*, v. 3, n. 11, p. 155-70, 2000. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista11/revista11_155.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.

MUKAI, Chlóa. La Iniciativa Moda Ética del Centro de Comercio Internacional asociado con diseñadores destacados de AltaRomaAltaModa 2013. In: *Pulsemedia*, 2013. Disponível em: <[http://www.pulsemedia.it/live/altaroma-2013/pdf/ITC-AltaRoma2013\(Spa\).pdf](http://www.pulsemedia.it/live/altaroma-2013/pdf/ITC-AltaRoma2013(Spa).pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2016.

ONU Mulheres. *Princípios de Empoderamento das Mulheres*. S. d. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. S. d. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. La igualdad en el trabajo: afrontar los retos que se plantean. In: *Conferencia Internacional del Trabajo*, 96a reunión, 2007. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/relatorio_global_2007_233.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense. 1994.

RECH, Sandra Regina. *Cadeia produtiva da moda: um modelo conceitual de análise da competitividade no elo confecção*. 2006. 282 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88623/235597.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SANTOS, Theotônio dos. "A teoria da dependência: um balanço". In: _____. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

SCHULTE, Neide Köhler; LOPES, Luciana Dornbusch. *Sustentabilidade ambiental: um desafio para a moda*. S. d. Disponível em: <http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auspicios_publicaciones/actas_diseno/articulos_pdf/A6007.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

STROBEL, Margaret. Society for history education: african women's history. *The History Teacher*, v. 15, n. 4, p. 509-22, 1982.

SVENSSON, Goran; WOOD, Greg. A model of business ethics. *Journal of Business Ethics*, v. 77, n. 3, p. 303-22, fev. 2008.

THE WORLD BANK. *Voice and agency: empowering women and girls for shared prosperity*. 2014.

TICKNER, J. A. A critique of morganthau's principles of political realism. *International Politics: enduring concepts and contemporary issues*, p. 22-34, 2012.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamentos, 1974. v. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.

WORLD FAIR TRADE ORGANIZATION – WFTO. Disponível em: <<http://www.wfto.com/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

ZALEWSKI, Marysia. Well, what's the feminist perspective on Bosnia? *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs 1944-), v. 71, n. 2, p. 339-56, abr. 1995.